



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE ECONOMIA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**LIDINÉIA PEREIRA CORREIA**

**COOPERATIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS COMO ALTERNATIVA AO MERCADO  
DE TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO DA COOPSAL.**

**SALVADOR**

**2012**

**LIDINÉIA PEREIRA CORREIA**

**COOPERATIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS COMO ALTERNATIVA AO MERCADO  
DE TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO DA COOPSAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. M. Sc. Arismar Cerqueira Sodré.

**SALVADOR**

**2012**

Ficha catalográfica elaborada por Valdineia Veloso CRB 5-1092

Correia, Lidinéia Pereira

C824 Cooperativa de resíduos sólidos como alternativa ao mercado de trabalho: um estudo de caso da COOPSAL / Lidinéia Pereira Correia. - Salvador, 2012  
56p. graf. il. tab.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) - Faculdade de Economia , UFBA, 2012.

Orientador: Prof. M. Sc. Arismar Cerqueira Sodré

1. Cooperativa – resíduos sólidos. 2. Cooperativa de Reciclagem e serviços Salvador (COOPSAL) 3. Mercado de trabalho. I Correia, Lidinéia Pereira. II. Sodré, Arismar Sodré. III. Título.

CDD – 363.728

LIDINÉIA PEREIRA CORREIA

COOPERATIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS COMO ALTERNATIVA AO MERCADO DE  
TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO DA COOPSAL.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de Ciências Econômicas da Universidade  
Federal de Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em 22 de outubro de 2012.

Banca Examinadora

Orientador: \_\_\_\_\_

Prof. Me. Arismar Cerqueira Sodré  
Faculdade de Economia da UFBA

\_\_\_\_\_  
Prof. Me. Antônio Plínio Pires de Moura  
Faculdade de Economia da UFBA

\_\_\_\_\_  
Econ. Marcelo Almeida Santana

Dedico este trabalho a todas as pessoas que amo: minha mãe, que lutou tanto para que eu pudesse realizá-lo; aos amigos (as), todos que fazem parte da minha vida!

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de agradecer a Deus, nosso Pai. Que me deu forças, entusiasmo, coragem para que eu pudesse encarar essa caminhada e prosseguir até o final.

Agradeço especialmente ao meu Anjo da Guarda, a minha família em especial à minha querida mãe, D. Adeladia, que desejou esse momento tanto quanto eu, ou mais!

Agradeço aos meus amigos de caminhada, de ideal todos aqueles que confiaram em mim e me estenderam a mão quando precisei:

Aos amigos que trabalham na portaria e que por diversas vezes cuidaram de mim quando eu precisava estudar na faculdade aos sábados, domingos e feriados;

Aos amigos que trabalham na biblioteca que por diversas vezes deixei meus materiais para eles tomarem conta para eu poder tirar um cochilo ou por não aguentar carrega-los;

Aos amigos, que têm um dos trabalhos mais difíceis e grandiosos, que trabalham na limpeza da faculdade e que por muitas vezes me davam um cafezinho para despertar o sono;

Aos grandes amigos que fiz nessa instituição e certamente levarei comigo as lembranças, as boas conversas, as boas risadas, os cafezinhos na padaria da esquina e também os momentos de angustias pré prova e pós prova, as tardes de estudo...

Às bibliotecárias Vânia e Valdinea por me ajudar e muito na correção deste trabalho.

E o Professor Arismar Cerqueira Sodré pela confiança e a credibilidade. Muito Obrigada! Sem a sua colaboração este trabalho não poderia ser realizado, apresentado.

Obrigada a todos!

Namastê!

## **RESUMO**

Este trabalho tem por objetivo analisar o sistema cooperativista como alternativa ao mercado de trabalho, ou seja, como uma forma relevante de se atenuar o desemprego. Visto que este sistema é de grande importância econômica, pois tem sido uma das principais portas de resgate do indivíduo ao mercado de trabalho e apresenta um expressivo número de participantes. Também mostra sua importância em relação ao meio ambiente, visto que esta atividade é de grande importância para a manutenção e preservação ambiental com a coleta dos resíduos sólidos. A metodologia utilizada foi de pesquisa de campo, para isso foi escolhida a Cooperativa de Reciclagem e Serviços Salvador (COOPSAL) como instrumento para o estudo de caso. O resultado encontrado foi que a cooperativa de resíduos sólidos, realmente, se constitui como uma alternativa de emprego ao mercado de trabalho e assim contribui para a valorização dos indivíduos que fazem parte desse sistema.

Palavras-chave: Sistema Cooperativista. Mercado de Trabalho. Resíduos Sólidos. COOPSAL.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do Desemprego (1989 - 1999)	16
Gráfico 2 - Gênero	35
Gráfico 3 - Faixa Etária	36
Gráfico 4 - Cor	37
Gráfico 5 - Estado Civil	37
Gráfico 6 - Possui Filhos?	38
Gráfico 7 - Quantos Filhos?	38
Gráfico 8 - Escolaridade	39
Gráfico 9 - Tipo de Residência	40
Gráfico 10 - Recebe Alguma Assistência do Governo?	41
Gráfico 11 - O que levou a ser catador?	41
Gráfico 12 - Há Quanto Tempo é Catador?	42
Gráfico 13 - Qual a renda mensal com a ocupação de catador?	43
Gráfico 14 - Tem outra fonte de renda?	43
Gráfico 15 - Qual outra ocupação?	44
Gráfico 16 - Há quanto tempo é cooperado da COOPSAI?	45
Gráfico 17 - Qual maior benefício em ser um cooperado?	45
Gráfico 18 - Você se sente um funcionário de uma empresa?	46
Gráfico 19 - Qual maior conquista, em termos materiais, após ser um cooperado?	47
Gráfico 20 - O que você acha que uma cooperativa representa?	47

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxas de Desemprego, por Tipo de Desemprego	
Município de Salvador e demais Municípios da RMS 2001 - 2011	18
Tabela 2 - Taxas de Desemprego, por Atributos Pessoais	
Município de Salvador e demais Municípios da RMS 2001 - 2011	19
Tabela 3 - Distribuição dos Desempregados, por Atributos Pessoais	
Município de Salvador e demais Municípios da RMS 2001 - 2011	20
Tabela 4 - Taxas de Desemprego	
Município de Salvador e demais Municípios da RMS 2001 - 2011	21

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>MERCADO DE TRABALHO: UMA BREVE REVISÃO DAS MUDANÇAS OCORRIDAS EM SUA ESTRUTURA A PARTIR DA DÉCADA DE 1980</b>	<b>11</b>
2.1	DÉCADA DE 1980: MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	12
2.2	DÉCADA DE 1990: MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	14
2.3	DÉCADA DE 2000: MERCADO DE TRABALHO EM SALVADOR E RMS	17
<b>3</b>	<b>O COOPERATIVISMO: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO</b>	<b>24</b>
3.1	ASPECTOS CONCEITUAIS DO COOPERATIVISMO	25
3.2	O COOPERATIVISMO NO BRASIL	28
3.3	COOPERATIVAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA RMS	30
<b>4</b>	<b>ESTUDO DE CASO DA COOPSAL</b>	<b>33</b>
4.1	A FORMAÇÃO DA COOPSAL	33
4.2	O PERFIL DOS COOPERADOS	35
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES</b>	<b>48</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	
	<b>APÊNDICES</b>	<b>53</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Na atualidade a busca pela sobrevivência no mercado de trabalho, que é historicamente desigual e excludente, surge às cooperativas de catadores de materiais recicláveis como uma das alternativas para o emprego no mercado de trabalho formal. Os catadores encontram nas cooperativas uma forma mais humana de obter uma ocupação remunerada e, ao mesmo tempo, contribuem significativamente para a diminuição dos impactos ambientais associados à destinação dos resíduos sólidos.

A problemática ambiental remete à utilização dos recursos naturais que ao lado do progresso técnico procura satisfazer as necessidades humanas. As justificativas da utilização exacerbada desses recursos surgem ao lado de degradação e desequilíbrio da natureza. O atual modelo capitalista de produção ao estar lado a lado com o crescimento econômico eleva a renda e faz com que o consumo aumente e o meio ambiente, por sua vez, seja o principal atingido.

O avanço tecnológico e a distribuição da renda de forma desigual remetem a uma redução no processo de formalização do trabalho. E aumenta a quantidade de pessoas economicamente ativa desempregadas. O cooperativismo não deixa de ser uma consequência do processo de globalização, de flexibilização das normas trabalhistas, enfim de toda essa transformação, esse reestudo, por que passam as relações de trabalho. E juntamente com o desemprego, a concentração populacional nos grandes centros urbanos e o crescente consumo desenfreado por produtos industrializados tem proporcionado considerável aumento no volume dos resíduos sólidos comerciais e domiciliares, acarretando o agravamento de problemas ambientais, sanitários e sociais nas pequenas como nas grandes cidades.

Para evitar maiores problemas com a questão ambiental a população pode contribuir com os catadores de materiais recicláveis e, principalmente, com o meio ambiente na separação dos resíduos orgânicos dos resíduos sólidos (aqueles que servem para serem reciclados, reaproveitados). Isso se constitui em uma prática adequada de cidadania ajudando a evitar a degradação ambiental e o desperdício por parte da sociedade. Tendo em vista, que o sustento familiar desses trabalhadores vem de alguns dos processos produtivos da reciclagem como a prospecção, separação e venda dos resíduos sólidos encontrados nas áreas urbanas, provenientes dos domicílios e comércios. Em realidade essa é uma ação, por parte dos catadores, que passa longe da consciência ambiental, mas sim da luta pela sobrevivência.

Catadores de materiais recicláveis, intermediários comerciais desses materiais (atravessadores) e a indústria recicladora são os atores componentes da cadeia de comercialização dos materiais recicláveis. Os catadores são em maiores números e a base de sustentação desse processo produtivo.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o sistema cooperativista como alternativa ao mercado de trabalho, tendo em vista a situação atual do emprego / desemprego em Salvador e RMS. E como objetivos específicos fazer um estudo de caso da COOPSAL e analisar o sistema cooperativista, destacando suas características, vantagens, desvantagens, bem como analisar o sistema cooperativista como alternativa de emprego para o mercado de trabalho formal.

A justificativa de desenvolver este trabalho está na relevância de se ter cooperativas de resíduos sólidos como alternativa de emprego ao mercado de trabalho formal. Entretanto, um problema observado é se o sistema cooperativista traz estabilidade de renda para os cooperados, ou seja, se as expectativas dos cooperados são alcançadas? Diante deste problema são lançadas algumas hipóteses: o sistema cooperativista é uma alternativa crível ao mercado de trabalho formal; e a outra, mais específica, é se a COOPSAL consegue inserir catadores de resíduos sólidos no mercado de trabalho formal.

Além desta introdução este trabalho se divide em mais quatro capítulos. O capítulo segundo é dedicado a um breve histórico sobre o mercado de trabalho brasileiro, ressaltando os principais impactos por ele sofridos nas décadas de 1980 e 1990. Também aborda o mercado de trabalho em Salvador e RMS na década de 2000. Em seguida, o capítulo terceiro, é dedicado ao cooperativismo com as informações sobre sua origem e desenvolvimento, os aspectos conceituais do cooperativismo, o seu surgimento como modelo alternativo ao mercado de trabalho formal no Brasil e alguns aspectos das cooperativas de resíduos sólidos em Salvador e RMS. O capítulo quarto é dedicado ao estudo de caso e descreve a formação da COOPSAL, a sua atuação, bem como o seu papel na inserção dos cooperados no mercado de trabalho formal e faz uma análise dos dados coletados na pesquisa. E o capítulo quinto, apresenta as principais conclusões sobre o estudo de caso e corrobora com o papel das cooperativas de resíduos sólidos como alternativa ao mercado de trabalho formal.

## **2 MERCADO DE TRABALHO: UMA BREVE REVISÃO DAS MUDANÇAS OCORRIDAS EM SUA ESTRUTURA A PARTIR DA DÉCADA DE 1980**

Nos fins do século XX, a conjuntura mundial passa por densos processos de mudanças econômicas, sociais e políticas, os quais colocam em xeque as formas de organização das sociedades contemporâneas, quais sejam: o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a globalização. Essas mudanças estão associadas à crise do padrão de industrialização fordista, dos países centrais e do fim do acordo de Bretton Woods no início da década de 1970.

Esse conjunto de processos mostra profundos sinais e modificações nas relações de trabalho, na forma de consumo, no poder do Estado e suas práticas, na geografia, na geopolítica entre outros. De acordo com Filgueiras (2006, p. 42), “a confluência da reestruturação produtiva, do neoliberalismo e da globalização aponta para o agravamento da exclusão social em todo o mundo, principalmente em países como o Brasil (...)”. Essa é uma das grandes marcas do capitalismo, que tem o desemprego como uma terrível consequência para o Brasil e um dos grandes causadores da exclusão social. Tem-se que grande parte dessa situação é por conta da desqualificação profissional, que é exigida com o progresso técnico.

No contexto internacional tem-se que no início da década de 1970 chega ao fim o Sistema de Bretton Woods, o que é um marco no início da desregulamentação da economia mundial. Na mesma década surge o neoliberalismo

O fenômeno político / ideológico denominado de neoliberalismo, disseminado mundo afora a partir dos fins dos anos 70 de forma fulminante, tornou-se, em apenas duas décadas, um guia teórico e prático para partidos e governos de quase todos os países ocidentais. (FILGUEIRAS, 2006, p. 42)

Esse fenômeno surgiu como forma de reação ao estado intervencionista, no pós-Segunda Guerra Mundial, ou seja, uma crítica à intervenção do Estado ao funcionamento dos mercados.

Dentro dessa conjuntura, o Brasil, na década de 1970, apresenta profundas mudanças nas relações de trabalho e nos métodos produtivos. Essas modificações estão diretamente relacionadas às alterações do padrão de industrialização fordista, dos países centrais, que, por sua vez, reflete drasticamente nos países periféricos, como é o caso do Brasil.

No início dos anos 70, após um período de 25 anos de crescimento, iniciou-se uma profunda crise nas economias dos países capitalistas centrais, que se expressou, sobretudo, na aceleração das taxas de inflação, na redução da produtividade e dos níveis de crescimento, na elevação dos déficits públicos e no aumento do desemprego. Era o esgotamento de um padrão de desenvolvimento capitalista, que surgiu na indústria automobilística nos EUA e se expandiu, no pós-guerra, para a Europa, qual seja: o fordismo. (FILGUEIRAS, 2006, p. 49).

A crise do modelo fordista já estava instalada e tanto o neoliberalismo quanto a reestruturação produtiva foram às respostas dadas através do capital diante da crise. O que acarretou profundas transformações no campo do trabalho, tais como: o desemprego estrutural, característico de países emergentes; a precarização do trabalho, entre outros. Essa situação perdura ao longo da década de 1980. Contudo, a partir dos anos 1990 é que se intensificaram as mudanças com a implantação das políticas neoliberais o que causou um grande impacto na esfera social e espacial das áreas urbanas, nos processos de produção, reprodução e gestão de força de trabalho.

## 2.1 DÉCADA DE 1980: MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Desde o início da década de 1980, o Brasil foi caracterizado por um período de crise. Advindo do endividamento externo que levou o país à reorganização na esfera do trabalho sustentado sob os pilares do neoliberalismo, reestruturação produtiva e globalização. Essa crise provocada pelo capital e suas respectivas respostas, como o neoliberalismo e a reestruturação produtiva teve como consequência profundas mudanças no interior do mercado de trabalho, como: o desemprego estrutural; a precarização do trabalho, com uma elevada proporção de trabalhadores sem contrato formal de trabalho.

De acordo com Harvey nos países centrais o fordismo começa a dar sinais de esgotamento nos anos 60. Com isso, teve-se a impressão de que países da América Latina, entre os quais o Brasil se incluía, fossem beneficiados.

(...) parece que havia indícios de problemas sérios no fordismo já em meados dos anos 60. Na época, a recuperação da Europa Ocidental e do Japão tinha se completado, seu mercado interno estava saturado e o impulso para criar mercados de exportação para os seus excedentes tinha de começar. E isso ocorreu no momento em que o sucesso da racionalização fordista significava um relativo deslocamento de um número cada vez maior de trabalhadores da manufatura. (HARVEY, 2000, p. 135).

No entanto, esta situação teve outras consequências para o país, tendo em vista que o desenvolvimento do fordismo, no Brasil, ocorreu através de financiamento externo e estatal. Isso significou até certa qualificação para os trabalhadores, entretanto, a estrutura peculiar do fordismo de cargos e salário não foi implantada no Brasil. As empresas buscavam se beneficiar do grande número de mão de obra disponível (desempregados ou subempregados) e segmentação do mercado de trabalho. A conjuntura econômica da época pontuou o caráter autoritário das relações capital / trabalho. Contudo, os resultados foram favoráveis para o país e foi corroborado pelo crescimento da tecnologia industrial, desde o período do pós-guerra até a década de 1980, o qual foi marcado pela construção e diversificação da indústria moderna no Brasil.

A indústria brasileira até os anos 1980 incorporou a produção de vários segmentos, entre os quais: insumos básicos e bens de capital que estabeleceu fortes vínculos com a agricultura, induzindo sua mecanização e o uso de fertilizantes, e modernizou os serviços de transportes e de comunicações. Nesse contexto, a reestruturação produtiva é caracterizada pelo processo de mutações ocorridas nas empresas através da introdução de inovações nos equipamentos e máquinas, agora automatizados e no conjunto organizacional e de gestão, onde busca alcançar uma organização do trabalho integrada e flexível.

Em meio à crise que assolava o mundo, no início da década de 1980, a conjuntura internacional muda. Tem-se um cenário internacional com aumentos nas taxas de juros norte-americanas e, por conseguinte, o Brasil e outros países da América Latina deixam de receber fluxos internacionais.

Esgotou-se a capacidade de autofinanciamento do setor produtivo e de mobilização de poupança compulsória pelo Estado. Num primeiro momento, as medidas de austeridade fiscal e monetária levaram a economia à recessão e, com isso, o desemprego exacerbou-se e os salários reais sofreram perdas. Nos anos 80 esgotava-se o padrão de intervenção do Estado que viabilizou o fordismo periférico. (MELO, 1999, p. 176).

Devido à crise internacional, o Brasil tem suas estruturas fiscal e financeira comprometidas e juntamente com o endividamento externo, o país passa a gerar um ajuste que alicerçado na geração de superávits comerciais, redução da demanda e depreciação constante e agressiva da taxa de câmbio, instalou desajustes internos sem antecedentes. Os mesmos são consolidados

através de uma forte recessão que atinge o país e leva a graves consequências no mercado de trabalho. As políticas econômicas adotadas pelo governo brasileiro para manter o pagamento da dívida externa resultou em uma década de estagnação da economia e elevados índices de inflação.

De acordo com Filgueiras a crise do fordismo tem características intrínsecas de cada país:

(...) a crise do fordismo originou-se e desenvolveu-se tanto por razões internas quanto por externas a cada país, tanto no nível microeconômico quanto no macro, tanto na esfera produtiva quanto na órbita comercial e financeira das economias. A queda dos níveis de investimento da atividade produtiva e do emprego, a crise fiscal do Estado e a aceleração da inflação se entrelaçaram, expressando as várias dimensões do problema. (FILGUEIRAS, 2006, p. 53).

E com essa dinâmica interna de crise, nota-se que no Brasil, a década de 1980 foi de profundas mudanças na mão de obra como a precarização das formas de inserção do trabalhador, uma grande redução do emprego com vínculos formais – o que pode estar relacionado a outras formas de ocupação não formal. Enfim, os anos 1980 foram marcados pela degradação das condições de trabalho, assim como da qualidade das novas ocupações. Dessa forma, observa-se que durante o período de retração de atividade econômica houve uma maior deterioração dos vínculos empregatícios e um aumento significativo de trabalhadores por conta própria à margem do sistema de legislação trabalhista vigente no país.

## 2.2 DÉCADA DE 1990: MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

A década de 1990 se caracteriza por ser um dos mais importantes pontos de inflexão da história econômica brasileira, pois herdou da década de 1980 uma economia fechada ao fluxo de comércio e de capitais internacionais – reflexo da crise do fordismo no mundo – com grande presença do Estado como produtor de bens e serviços e uma crescente tendência inflacionária, tendo o Brasil partido para uma economia aberta, com redução da proteção comercial e da liberalização dos fluxos de capitais, redução da presença do Estado como produtor de bens e serviços, através do processo de privatizações. O ápice desse processo foi o programa de estabilização baseado em uma âncora cambial e coberto pela abertura financeira e do comércio.

No contexto mundial, no final da década de 1980, alguns economistas se reuniram para traçarem algumas medidas que pudessem melhorar a situação dos países Latino Americanos. Ou seja, para que os mesmos retomassem o crescimento para poderem pagar suas dívidas junto aos credores internacionais. Esse conjunto de medidas ficou conhecido como o Consenso de Washington.

O conjunto dessas medidas é impressionante. Partem duma reorganização do poder no plano global e da combinação funcional do poder financeiro, político e militar, com complementos riquíssimos no campo imaginário e da guerra pelas ilusões (...) Seja como for, a responsabilidade central do projeto ficou a cargo do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Através deles impôs-se a nova política aos governos devedores, com sanções terríveis para os inadimplentes. (CASANOVA, 2000, p. 54).

Entretanto, após duas décadas da implantação das medidas o Brasil não viu cumprir a expectativa de crescimento econômico, ou seja, as consequências permaneceram danosas: a precarização do mercado de trabalho, o aumento no desemprego, a precarização e mudanças na forma de inserção dos trabalhadores, redução dos salários e concentração da riqueza. Esse era o cenário brasileiro que causava desespero nos trabalhadores. E como fuga à redução do trabalho formal houve aumento dos trabalhos informais, do emprego nos setores de comércio e serviços e, principalmente, do subemprego.

Dentro desse contexto, nos anos 1990, a problemática do desemprego permaneceu juntamente com a perda de dinamismo econômico. Esta nova situação, de perda de dinamismo, é extremamente complicada, pois a economia já havia alcançado um alto índice de monetização e adquirido um modo de vida mais urbano do que rural, isso acarreta, por conseguinte, em desemprego.

Tais fenômenos vêm tendo um impacto decisivo sobre a estrutura econômica e social das áreas metropolitanas (onde se concentra, na grande maioria dos países, o aparato produtivo, a riqueza, o poder e a população), sobre as condições e a qualidade da vida urbana, as desigualdades, a pobreza e as mobilizações políticas e sociais. (CARVALHO; ALMEIDA; AZEVEDO; 2001, p. 90).

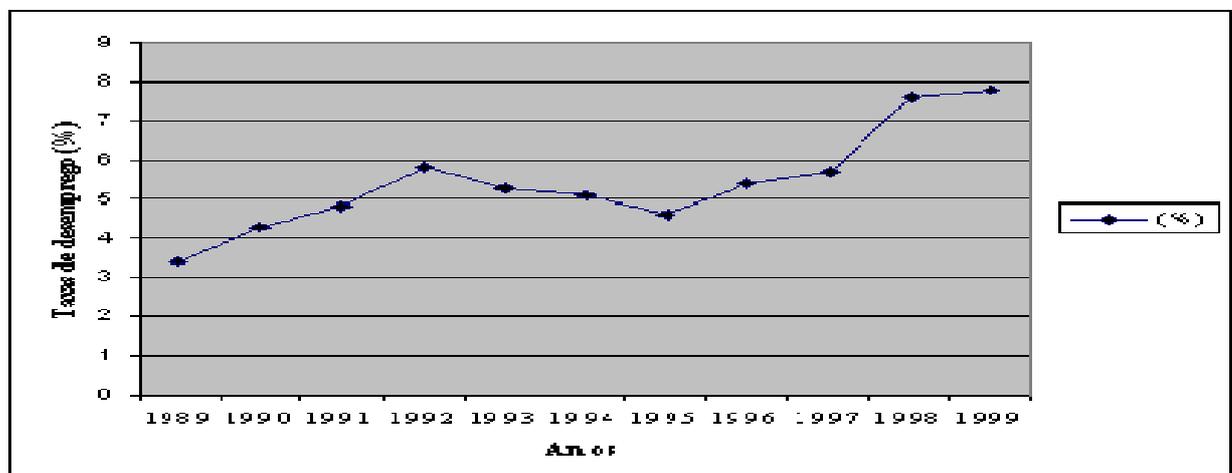
Dentro dessa perspectiva, esse “novo” desempregado tem grande dificuldade em se adaptar a outra atividade de baixa qualificação. A década de 1990 retrata uma economia que deixa de gerar novas oportunidades de emprego, ao passo que força o trabalhador a subutilizar sua própria força de trabalho. Ao não ser absorvido pelo mercado formal de emprego o

trabalhador é condicionado a se inserir em atividades de baixa qualificação ou até mesmo no mercado informal. Esse é o reflexo do mercado de trabalho brasileiro nessa década. Pois é a partir dessa década que tem início um processo de elevação sem precedentes no grau de informalidade no mercado de trabalho brasileiro e, juntamente, com o impacto da globalização e o emprego de novas tecnologias ocasionaram aumento no desemprego com diminuição de postos de trabalho em muitos setores da economia.

Com o advento da globalização as multinacionais se estabeleceram em vários países, como o Brasil, com isso houve uma grande subcontratação de parte do trabalho, a utilização de mão de obra temporária entre outros. Isso mostra que o impacto no mercado de trabalho brasileiro foi instantâneo. Em algumas áreas como supervisão e vigilância de um processo produtivo os trabalhadores se tornaram mais qualificados. Contudo, em outros setores, como na metalurgia, houve desqualificação, pois ocorreu uma substituição do esforço humano no processo produtivo pela simples operação de máquinas semi-automáticas. Essa substituição tanto foi observada nas grandes metrópoles (nos centros urbanos) quanto na zona rural, ou seja, com a automação houve uma elevação no desemprego industrial e no campo (zona rural) também houve elevados índices de desemprego, entretanto, o setor de serviços, que era a bola da vez, cresceu.

Para demonstrar as consequências graves ocorridas na década de 1990 em relação ao desemprego segue o gráfico que retrata a evolução da taxa de desemprego entre os anos de 1989 a 1999.

Gráfico 1: Evolução de desemprego (1989-1999)



Fonte: GOMES, 2005.

Durante a década de 1990, o desemprego no Brasil passou por grandes metamorfoses, tanto no seu nível quanto na sua estrutura. De uma taxa de desemprego extremamente baixa em 1990, próxima de 3%, a economia brasileira passou para mais de 8% de desemprego em 1999. Entre os anos de 1990 e 1992, o país viveu uma forte recessão, com redução do nível de atividade e aumento da taxa de desemprego. A partir de 1993 e, mais intensamente, da estabilização em junho de 1994, observa-se que houve uma queda na taxa de desemprego e isso ocorreu por conta do crescimento da economia até 1997. Com a repercussão da crise asiática e da crise financeira internacional em meados de 1998, ocorreu uma interrupção do crescimento econômico.

Assim, as metamorfoses ocorridas no mercado de trabalho alteraram as exigências do mesmo e, principalmente, o papel dos trabalhadores quando a mão de obra passa a ser temporária e o setor de serviços passou a ter grandes destaques no ramo empregatício. Entretanto, como consequência, também, dessa metamorfose teve-se um elevado índice de desemprego e subemprego o que causou na sociedade um clima de insegurança e instabilidade, pois o que se observava era a redução dos salários, a fragilização dos trabalhadores e a precarização nas relações de trabalho. Os anos 1990, em comparação com as décadas anteriores, caracteriza-se, como a década de pior desempenho da economia brasileira, o que se refletiu, no mercado de trabalho, como descrito acima.

### 2.3 DÉCADA DE 2000: MERCADO DE TRABALHO EM SALVADOR E RMS

Esse tópico é dedicado ao estudo das taxas de desemprego de Salvador e a Região Metropolitana de Salvador (RMS) a qual inclui os municípios de: Lauro de Freitas, Camaçari, Itaparica, Dias d'Ávila, Simões Filho, Vera Cruz, Madre de Deus, Candeias, Pojuca, São Sebastião de Passé, São Francisco do Conde e Mata de São João; onde se procederá através das análises dos dados extraídos da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) com um recorte entre os anos 2001 a 2011. Entretanto, antes, se faz necessário abordar o conceito de desemprego para este órgão.

Pela metodologia da PED, o desemprego total é composto pelo **desemprego aberto**, que se refere a pessoas sem trabalho e com procura de trabalho efetiva e pelo desemprego oculto. Este último subdivide-se em **desemprego oculto pelo trabalho precário**, categoria em que estão incluídas as pessoas com atividades remuneradas eventuais e instáveis ou em trabalho

não remunerado de ajuda a negócios de parentes, e que tomaram providências para obter um emprego assalariado ou regular de auto-ocupação; e **oculto pelo desalento**, que diz respeito a pessoas sem trabalho e sem procura efetiva por desestímulo ou razões fortuitas, mas com disponibilidade e necessidade de trabalho.

Tabela 1: Taxas de Desemprego, por Tipo de Desemprego  
Município de Salvador e demais Municípios da RMS 2001 – 2011

Em porcentagem

Períodos	Taxa de Desemprego, por Tipo										
	Região Metropolitana de Salvador					Município de Salvador			Demais Municípios da RMS		
	Total	Aberto	Oculto			Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
			Total	Precário	Desalento						
2001	27,5	16,4	11,1	8,0	3,1	26,4	15,8	10,6	32,1	19,3	12,8
2002	27,3	16,3	11,0	7,8	3,2	26,2	15,5	10,7	32,3	20,2	12,1
2003	28,0	17,0	11,0	7,6	3,4	27,1	16,2	10,8	32,4	20,4	12,0
2004	25,5	14,9	10,6	7,6	3,0	24,9	14,2	10,7	28,2	18,0	10,1
2005	24,4	14,2	10,2	7,4	2,8	23,6	13,2	10,3	28,1	18,4	9,7
2006	23,6	15,0	8,6	6,6	2,0	22,7	14,2	8,4	27,4	18,1	9,3
2007	21,7	13,8	8,0	6,2	1,8	20,9	13,3	7,6	25,3	15,8	9,5
2008	20,3	12,1	8,2	5,8	2,4	19,1	11,4	7,7	24,8	14,8	10,1
2009	19,4	12,1	7,3	5,1	2,2	17,7	11,0	6,7	26,1	16,3	9,8
2010	16,6	11,0	5,6	3,8	1,8	15,4	10,2	5,2	21,5	14,3	7,2
2011	15,3	10,4	4,9	3,4	1,5	14,6	9,8	4,8	17,7	12,6	5,1

Fonte: Adaptado PED-RMS, 2012.

A Tabela 1 apresenta as taxas de desemprego de 2001 a 2011 por tipo de desemprego. Entre 2001 e 2003 a taxa de desemprego total na RMS aumentou em 0,5 pontos percentuais, enquanto que o Aberto aumentou em 0,6 pontos percentuais, o Oculto reduziu em 0,1 pontos percentuais e o somatório dos dois dá um total de 0,5 pontos percentuais. Já nos anos de 2003 a 2011 a taxa de desemprego total houve uma queda constante, tendo destaque dois períodos, quais sejam: 1) de 2003 para 2004 que foi no total de 2,5 pontos percentuais (com 2,1 para o Aberto e 0,4 pontos percentuais para o Oculto, sendo essa variação apenas no Desalento); 2) no período de 2009 para 2010 com 2,8 pontos percentuais (com 1,1 para o Aberto e 1,7 pontos percentuais para o Oculto). O mesmo é observado no Município de Salvador. Entre os anos de 2004 e 2011 se observa uma redução na taxa de desemprego. Entretanto, no que diz respeito à divisão do emprego oculto, o desalento entre o ano de 2006 e 2007 houve uma redução, porém entre 2007 e 2008 voltou a aumentar e voltando a reduzir até 2011.

Tabela 2: Taxas de Desemprego, por Atributos Pessoais  
Município de Salvador e demais Municípios da RMS 2001 – 2011

Em porcentagem

Períodos	Taxas de Desemprego, por Atributos Pessoais														
	Total	Sexo		Faixa Etária						Posição no Domicílio				Raça/Cor	
		Homens	Mulheres	10 a 15 Anos	16 a 24 Anos	25 a 39 Anos	40 a 49 Anos	50 a 59 Anos	60 Anos e Mais	Chefes	Cônjuges	Filhos	Demais Membros	Negros	Não-Negros
2001	27,5	25,0	30,2	51,3	43,5	24,2	16,4	14,8	(1)	16,7	26,4	41,7	28,3	28,7	18,6
2002	27,3	24,9	29,9	49,2	44,7	23,8	17,1	13,4	(1)	16,4	25,8	41,1	29,7	28,6	19,3
2003	28,0	26,1	30,1	49,7	45,7	24,8	17,9	13,4	(1)	17,3	26,2	41,7	30,9	29,1	20,8
2004	25,5	23,2	28,0	43,4	42,8	22,6	15,7	12,5	(1)	15,7	23,7	38,1	28,2	26,6	18,1
2005	24,4	21,3	27,8	(1)	41,4	22,3	15,2	11,0	(1)	14,8	24,3	36,1	27,8	25,5	17,2
2006	23,6	20,4	27,0	(1)	41,9	21,3	14,6	10,3	(1)	14,0	22,7	35,3	28,8	24,5	17,8
2007	21,7	18,4	25,3	(1)	39,1	20,3	13,4	9,5	(1)	12,0	21,9	33,5	26,5	22,7	15,6
2008	20,3	16,5	24,1	(1)	37,4	19,6	12,5	8,2	(1)	11,2	19,6	31,1	25,7	21,2	15,0
2009	19,4	15,9	23,2	(1)	35,6	19,5	12,0	8,9	(1)	11,8	19,1	28,8	24,3	20,3	13,9
2010	16,6	12,9	20,5	(1)	33,0	16,5	9,2	7,2	(1)	9,4	15,8	26,6	20,1	17,3	11,6
2011	15,3	12,2	18,6	(1)	31,0	15,0	9,3	6,3	(1)	8,8	14,1	24,9	20,3	15,8	11,1

Fonte: Adaptado PED-RMS, 2012.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

A Tabela 2 apresenta as taxas de desemprego entre 2001 a 2011 por atributos pessoais. Uma das características marcantes desta tabela é a taxa de desemprego feminina que é maior que a masculina, isso mostra o quanto a mão de obra feminina é discriminada. A outra característica é que em todos os pontos observados apresentaram redução na taxa de desemprego, salvo algumas variações. Seguindo a ordem de apresentação tem-se que a taxa de desemprego masculina mostra uma redução ao longo desse período onde tem um pico em 2003 com 26,1 pontos percentuais e atinge seu estágio mínimo em 2011 com 12,2 pontos percentuais; a taxa de desemprego feminina variou entre 30,2 pontos percentuais em 2001, onde foi seu estágio maior para 18,6 pontos percentuais em 2011, seu estágio menor. Na sequência serão apresentadas as taxas por faixa etária: de 10 a 15 anos esta faixa só foi contada do ano de 2001 a 2004 e a mesma apresentou uma variação de 51,3 em 2001 para 43,4 pontos percentuais em 2004; de 16 a 24 anos teve seu ápice em 2003 de 45,7 para 31,0 pontos percentuais em 2011; de 25 a 39 anos teve seu ápice em 2003 de 24,8 para 15,0 pontos percentuais em 2011; de 40 a 49 anos teve seu ápice em 2003 de 17,9 para 9,2 pontos percentuais em 2010; de 50 a 59 anos teve seu ápice em 2001 de 14,8 para 6,3 pontos percentuais em 2011; mais de 60 anos não foi contabilizada. No que diz respeito à posição no domicílio tem-se os chefes que teve seu ápice em 2003 de 17,3 e seu ponto mais baixo em 2011 de 8,8 pontos percentuais; os cônjuges com seu ápice em 2001 com 26,4 para 14,1 pontos percentuais em 2011; os filhos teve seu ápice em dois momentos em 2001 e 2003 de

41,7 para 24,9 pontos percentuais; demais membros com seu ápice em 2003 de 30,9 para 20,1 pontos percentuais em 2010. Outra característica importante se refere à raça/cor onde a taxa de desempregados negros é maior que a de não-negros; negros apresenta seu ápice em 2003 com 29,1 para 15,8 pontos percentuais em 2011; não-negros apresenta seu ápice em 2003 com 20,8 para 11,1 pontos percentuais em 2011.

Tabela 3: Distribuição dos Desempregados, por Atributos Pessoais  
Município de Salvador e demais Municípios da RMS 2001 – 2011

Períodos	Distribuição dos Desempregados, por Atributos Pessoais														Em porcentagem	
	Total	Sexo		Faixa Etária						Posição no Domicílio				Raça/Cor		
		Homens	Mulheres	10 a 15 Anos	16 a 24 Anos	25 a 39 Anos	40 a 49 Anos	50 a 59 Anos	60 Anos e Mais	Chefes	Cônjuges	Filhos	Demais Membros	Negros	Não-Negros	
2001	100,0	47,3	52,7	3,2	44,6	35,7	11,2	4,4	(1)	23,7	17,5	46,1	12,7	91,8	8,2	
2002	100,0	47,7	52,3	3,0	44,6	35,3	11,9	4,3	(1)	23,3	17,4	46,3	13,0	90,2	9,8	
2003	100,0	48,4	51,6	2,6	43,8	36,4	12,1	4,2	(1)	24,2	17,2	45,8	12,8	90,4	9,6	
2004	100,0	47,1	52,9	2,1	44,2	36,5	11,8	4,5	(1)	24,3	17,1	45,6	13,0	90,6	9,4	
2005	100,0	45,3	54,7	(1)	43,1	38,3	12,1	4,3	(1)	24,5	18,6	44,6	12,2	90,6	9,4	
2006	100,0	44,8	55,2	(1)	43,3	38,1	12,1	4,4	(1)	24,2	17,9	45,3	12,6	90,1	9,9	
2007	100,0	43,5	56,5	(1)	41,2	40,0	12,2	4,6	(1)	22,5	19,3	45,2	13,0	90,4	9,6	
2008	100,0	41,3	58,7	(1)	39,4	41,5	12,3	4,6	(1)	22,5	18,4	46,1	13,1	89,2	10,8	
2009	100,0	41,9	58,1	(1)	36,2	43,9	12,8	5,5	(1)	25,2	18,8	44,0	11,9	90,5	9,5	
2010	100,0	40,3	59,7	(1)	37,9	44,1	11,4	5,2	(1)	24,1	18,0	46,3	11,6	91,2	8,8	
2011	100,0	41,6	58,4	(1)	36,7	43,3	12,8	5,2	(1)	25,3	18,0	45,3	11,4	92,0	8,0	

Fonte: Adaptado PED-RMS, 2012.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

A Tabela 3 apresenta a distribuição dos desempregados entre 2001 a 2011 por atributos pessoais. Assim como na tabela anterior esta apresenta as mesmas características marcantes, ou seja, a mão de obra desempregada feminina é maior que a masculina. A outra característica é que em todos os pontos observados apresentaram oscilações ao longo do período observado. Seguindo a ordem de apresentação tem-se que a distribuição dos desempregados masculina mostra uma redução ao longo desse período onde atingiu seu ápice em 2003 com 48,4 pontos percentuais e atinge seu estágio mínimo em 2011 com 40,3 pontos percentuais; a distribuição feminina variou entre 59,7 pontos percentuais em 2010, seu estágio maior e 51,6 pontos percentuais em 2003, seu estágio menor. Na sequência serão apresentadas as distribuições dos desempregados por faixa etária: de 10 a 15 anos esta faixa só foi contada do ano de 2001 a 2004 e a mesma apresentou uma variação de 3,2 em 2001 para 2,1 pontos percentuais em 2004; de 16 a 24 anos teve seu ápice em 2001 e 2002 de 44,6 para 36,2 pontos percentuais em 2009; de 25 a 39 anos teve seu ápice em 2010 de 44,1 para 35,3 pontos percentuais em 2002; de 40 a 49 anos teve seu ápice em 2009 e 2011 de 12,8 para 11,2 pontos percentuais em 2001;

de 50 a 59 anos teve seu ápice em 2009 de 5,5 para 4,2 pontos percentuais em 2003; mais de 60 anos não foi contabilizado. No que diz respeito à posição no domicílio tem-se os chefes que teve seu ápice em 2011 de 25,3 e seu ponto mais baixo em 2007 e 2008 de 22,5 pontos percentuais; os cônjuges com seu ápice em 2007 com 19,3 para 17,1 pontos percentuais em 2004; os filhos tiveram seu ápice em dois momentos 2002 e 2010 com 46,3 para 44,0 pontos percentuais em 2009; demais membros com seu ápice em 2008 de 13,1 para 11,4 pontos percentuais em 2011. Outra característica importante se refere à raça/cor onde a discrepância é muito grande, ou seja, enquanto que a distribuição dos desempregados não-negros variam em torno de 10 pontos percentuais a distribuição de negros variam em torno de 90 pontos percentuais.

Tabela 4: Taxas de Desemprego  
Município de Salvador e demais Municípios da RMS 2001 – 2011

Em porcentagem

Períodos	Taxas de Desemprego									
	Total	Faixa Etária				Grau de Instrução				
		10 a 17 Anos	18 a 24 Anos	25 a 39 Anos	40 Anos e Mais	Analfabetos (1)	1º Grau Incompleto	1º Grau Completo/2º Incompleto	2º Grau Completo/3º Incompleto	3º Grau Completo
2001	27,5	52,6	42,2	24,2	15,3	25,5	32,1	34,6	24,0	6,8
2002	27,3	53,5	43,4	23,8	15,2	24,0	32,0	35,0	23,9	6,9
2003	28,0	56,1	44,0	24,8	15,8	21,2	32,1	37,2	25,3	7,5
2004	25,5	48,7	41,8	22,6	14,1	21,6	28,2	34,3	24,1	7,2
2005	24,4	46,8	40,6	22,3	13,2	20,2	27,6	32,6	22,8	7,1
2006	23,6	51,4	40,8	21,3	12,4	15,4	25,7	30,5	23,6	7,5
2007	21,7	49,1	37,9	20,3	11,3	(2)	23,3	29,7	21,2	7,9
2008	20,3	43,1	36,7	19,6	10,3	(2)	21,7	28,0	20,1	8,2
2009	19,4	43,0	34,7	19,5	10,3	(2)	20,2	28,0	19,4	7,9
2010	16,6	42,9	32,1	16,5	7,9	(2)	16,7	22,5	17,3	7,6
2011	15,3	46,4	29,8	15,0	7,7	(2)	14,6	20,3	15,8	7,8

Fonte: Adaptado PED-RMS, 2012.

(1) Incluem os que declararam sem escolaridade

(2) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

A Tabela 4 apresenta as taxas de desemprego entre 2001 a 2011 por atributos pessoais. Seguindo a ordem de apresentação serão apresentadas as taxas de desemprego por faixa etária na sequência: de 10 a 17 anos apresentou uma variação de 56,1 em 2003 para 42,9 pontos percentuais em 2010; de 18 a 24 anos teve seu ápice em 2003 de 44,0 para 29,8 pontos percentuais em 2011; de 25 a 39 anos teve seu ápice em 2003 de 24,8 para 15,0 pontos percentuais em 2011; de 40 e mais teve seu ápice em 2003 de 15,8 para 7,7 pontos percentuais em 2011; Na sequência serão apresentadas as taxas de desemprego por grau de instrução:

analfabetos, esta categoria só foi contabilizada entre os anos de 2001 a 2006 onde teve seu ápice em 2001 de 25,5 para 15,4 pontos percentuais em 2006; 1º grau completo teve seu ápice em dois momentos em 2001 e 2003 de 32,1 e seu ponto mais baixo em 2011 de 14,6 pontos percentuais; 1º grau completo / 2º incompleto teve seu ápice em 2003 com 37,2 para 20,3 pontos percentuais em 2011; 2º completo / 3º incompleto teve seu ápice em 2003 de 25,3 para 15,8 pontos percentuais em 2011; 3º grau completo teve seu ápice em 2008 de 8,2 para 6,6 pontos percentuais em 2001. Outra característica importante se refere ao grau de instrução, pois como mostra a Tabela 4, quem tem maior grau de instrução tem menor índice de desemprego.

Diante desses dados, observa-se que em Salvador e RMS as taxas de desemprego (Aberto e Oculto) vêm reduzindo, entretanto não significa dizer que o problema foi sanado, pois a massa de desempregados ainda é um número considerável, visto que só o total da população de Salvador e RMS, segundo IBGE (2010) é de 3.573.973 habitantes. E é através do mercado de trabalho que pode-se observar as desigualdades sociais, pois este é um ambiente privilegiado onde mostra essa discrepância de forma explícita, onde quem é negro e quem não é alfabetizado são as pessoas que mais sofrem com o desemprego.

Entre 2009 e 2010, houve criação de 87 mil postos de trabalho na Região Metropolitana de Salvador (RMS), resultado da criação de 88 mil postos entre a população negra e a redução de 1 mil ocupações para os não-negros. Em termos relativos, o contingente de ocupados não-negros permaneceu relativamente estável e o de negros cresceu 6,9%. Este movimento permitiu a saída de 44 mil pessoas da situação de desemprego, a grande maioria negra. Além de favorecer a redução da **taxa de desemprego total** que passou de 19,4% para 16,6% da População Economicamente Ativa (PEA), e beneficiou mais aos homens negros. (PED-RMS, Nov. 2011).

Por outro lado, o Brasil, em geral, registrou uma desaceleração na economia no período de 2008 e 2009 por conta da crise financeira que começou nos EUA e se alastrou por diversos países, entretanto, essa situação não impactou, de forma incisiva, no mercado de trabalho de Salvador e RMS, apesar de as transformações ocorridas no mercado de trabalho estarem associadas à hegemonia das principais potências econômicas do globo.

Por fim, entre o período de 1980 e 2010, uma lógica de acumulação com base na globalização, reestruturação produtiva e neoliberalismo, captura os eixos periféricos, onde produz desemprego e precarização do trabalho, o Brasil, apresentou profundas alterações na

estrutura de seu mercado de trabalho. Isso acompanhado das recentes transformações da economia mundial, quando cada década teve uma característica especial, quais sejam: 1) Na década de 1970, o alicerce da economia nacional eram as indústrias de transformação e construção civil; 2) A década de 1980, foi caracterizada por uma expansão dos serviços públicos sociais e dos serviços produtivos voltados para o consumo de alta renda; 3) Na década de 1990 tem-se uma rápida abertura no mercado nacional com consequências drásticas na capacidade de emprego dos diversos setores econômicos e; 4) A década de 2000, entretanto, mostra que essa reestruturação não foi capaz de modificar o quadro de extrema exclusão social existente no país.

### 3 O COOPERATIVISMO: ORIGENS E DESENVOLVIMENTO

Iniciada na segunda metade do século XVIII, a Revolução Industrial trouxe consigo o desenvolvimento tecnológico com a substituição da mão de obra artesanal por máquinas industriais tornando o emprego escasso. A forma organizacional do trabalho e as relações sociais fora impactada com as inovações tecnológicas, o que levou a classe trabalhadora a se movimentarem como uma forma de reação, pois essa classe já não suportava mais as péssimas condições de vida a que estava submetida. Por conta disso, é que surgiram em 1843 as primeiras ideias formais de cooperação com um grupo de 28 trabalhadores de Rochdale na Inglaterra que resolveram se reunir para discutir como poderiam solucionar os seus problemas de sobrevivência.

Em 1843 a indústria de flanelas prosperava ativamente em Rochdale, distrito de Lancashire, na Inglaterra. Os tecelões, considerando a situação próspera dessa indústria, resolveram solicitar aumento de seus parcos salários. Os patrões não concordaram, exceto dois que condicionaram o aumento à aceitação dos demais empregadores. Alguns operários mais exaltados incitaram os colegas à greve. Em represália, houve indústrias que preferiram fechar suas fábricas a ceder. (PINHO, 1966, p. 20,).

Os pioneiros de Rochdale tiveram a ideia de criar um armazém cooperativo para fornecer alimentos e roupas para os associados, pois eles estavam com dificuldades em adquirir esses bens de necessidade primária. Como não dispunham de nenhum capital, resolveram passar um ano economizando, o que hoje corresponde ao capital social, e amadureceram a ideia para cooperativa, discutindo os seus Princípios, Direitos e Deveres. Em 21/12/1844, inauguraram o armazém cooperativo localizado em Toad Lane, Bairro de Rochdale, comercializando, para os associados, pequena quantidade de manteiga, farinha de trigo e aveia (PINHO 1966). Na época, os comerciantes debochavam e previam vida curta para esse tipo de iniciativa. Para surpresa geral, a união dos operários em torno da cooperativa prosperou e este modelo perdura até os dias de hoje.

(...) com o aparecimento do primeiro modelo de cooperativas como instituição de fins econômicos e sociais, verificou-se na Inglaterra, com a obra dos *Pioneiros de Rochdale*, em 1844, data considerada a do “nascimento oficial do cooperativismo”. Mas o enquadramento dessa sociedade no contexto de uma doutrina econômica – a doutrina cooperativista, que visa reformar o meio social através de vários tipos de cooperativas – é posterior, tendo se iniciado a partir de 1886. (PINHO, 1966, p.17-18).

Embora a cooperativa tivesse poucos recursos, os planos daqueles 28 trabalhadores foram muito divulgados, pois eles procuraram fundamentar suas atividades através de um Estatuto Social, o que foi seu grande diferencial, pois lá continham os objetivos mais amplos para o empreendimento e definia normas igualitárias e democráticas para a constituição, manutenção e expansão de uma cooperativa de trabalhadores, ou seja, lá estava os princípios a respeito da estrutura e funcionamento da cooperativa de consumo que depois passaram a constituir os fundamentos da Doutrina Cooperativista. Estes princípios são:

- escolha da direção da sociedade mediante eleições em assembleias gerais;
- livre adesão e desligamento dos sócios;
- cada associado tem um voto independentemente do capital que tenha investido;
- distribuição dos ganhos proporcionalmente às compras efetuadas pelos associados, depois de descontadas as despesas de administração;
- quotas de reserva para aumento de capital destinadas à extensão das operações e à percentagem para a educação;
- as vendas deveriam ser efetuadas a dinheiro, isto é, à vista, para que os associados só assumissem compromissos dentro de suas possibilidades orçamentárias;
- a sociedade só venderia produtos puros e de boa qualidade (esta regra trouxe enormes benefícios para a cooperativa, pois, na época, a adulteração dos produtos era muito comum);
- neutralidade política e religiosa (esta regra tem relação direta com a de livre adesão e desligamento dos sócios, pois se a cooperativa assumisse caráter político ou religioso ela excluiria implicitamente os que pensassem de outro modo). (VEIGA, FONSECA; 2001, p.21).

Esses princípios foram intensamente discutidos em 1937 e 1966, em Congressos Internacionais realizados pela Associação Cooperativa Internacional (ACI<sup>1</sup>) e, por conseguinte, foram concebidos como princípios universais do cooperativismo.

### 3.1 ASPECTOS CONCEITUAIS DO COOPERATIVISMO

O sistema cooperativista na sua atual forma de organização surgiu durante o século XIX como meio de atenuar o problema do desemprego. Contudo, faz-se necessário explicitar o conceito de cooperativismo, pois existem vários conceitos, dentre os quais se destacam alguns o da

---

<sup>1</sup> Criada em Londres, em 1895, para “continuar a obra dos Pioneiros de Rochdale”. Atualmente com sede em Genebra, Suíça.

Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB<sup>2</sup>), o de Sandra Veiga e o de Diva Pinho. Para a OCB cooperativismo:

é um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia.

É o sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital. Visa às necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual. Estas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes. (OCB, 2012)

De acordo com Veiga:

(...) o cooperativismo é um sistema de cooperação econômica que pode envolver várias formas de produção e de trabalho e aparece historicamente junto com o capitalismo, mas se propõe como uma das maneiras de sua superação (...). O cooperativismo procura proteger a economia dos trabalhadores e se caracteriza por garantir a participação mais ampla possível da população nos frutos da atividade econômica. (VEIGA, FONSECA; 2001, p.17)

Para Pinho (p. 43-44, 1966) o “cooperativismo, sufixo *ismo*, de origem grega, denota sistema, doutrina e também estado, situação”.

Diante desses conceitos percebe-se que o primeiro traz um conceito mais filosófico de um modelo socioeconômico de ajuda mútua entre pessoas que visa o bem-estar de todos os participantes bem como a, indispensável, participação. A união dos participantes é que fortalece os laços e todos buscam o ganho em comum e não individual. Já o segundo conceito trazido por Veiga, mostra o cooperativismo como forma de cooperação econômica e uma forma dos trabalhadores se resguardarem e garantir a participação dos trabalhadores na economia. Já o conceito trazido por Diva Pinho é mais formal onde explica a origem da palavra e suas denotações.

Contudo também se faz necessário definir o termo cooperativa que para o Artigo 3º, da Lei nº 5.764/71, conceitua-a como sendo o (BRASIL, 1971) "tipo de sociedade celebrada por pessoas que se obrigam reciprocamente a contribuir com bens e serviços para o exercício de

---

<sup>2</sup> OCB- Organização das Cooperativas Brasileiras: Foi criada em 1969, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em Belo Horizonte.

uma atividade econômica, de proveito comum e sem objetivo de lucro”. Já para Pinho (1966, p. 44), “cooperativa, substantivação do feminino cooperativo, significa a que coopera, havendo sido usada inicialmente como adjetivo (em expressões como, por exemplo, “sociedade cooperativa”)

Diante dos conceitos, tem-se que o cooperativismo é uma alternativa econômica baseada no trabalho e não no lucro. Assim, percebe-se que a característica principal da sociedade cooperativa é a sua finalidade, que é oferecer aos seus cooperados melhores condições econômicas e sociais, já que a sociedade (em si) não possui finalidade lucrativa. Desta forma, a sociedade serve como instrumento de promoção dos interesses de seus membros. Por isso, basicamente, o que se procura ao organizar uma cooperativa é melhorar a situação econômica de determinado grupo de indivíduos, solucionando problemas ou solucionando necessidades comuns que excedam a capacidade de cada indivíduo realizar isoladamente sua atividade.

Uma cooperativa se diferencia de outros tipos de associações de pessoas por seu caráter essencialmente socioeconômico. Esta coloca os produtos e serviços de seus cooperados no mercado em condições mais vantajosas do que eles teriam isoladamente. Desse modo, a cooperativa pode ser entendida como uma “empresa” que presta serviços aos seus cooperados.

Embora sobre vários pontos uma cooperativa seja parecida a outros tipos de empresas e associações, ela se torna diferente das outras na sua finalidade, na forma de propriedade e de controle, e na distribuição dos benefícios por ela gerados. Esses aspectos diferenciados é que definem uma cooperativa e explicam seu funcionamento. Para organizar essas características e possibilitar uma formulação única para o sistema, foram estabelecidos os princípios do cooperativismo, pelos quais todas as cooperativas devem balizar seu funcionamento e sua relação com os cooperados e com o mercado.

A ACI, em 1995 comemorou um século de existência. Na oportunidade os associados de todo mundo debateram importantes questões para o fortalecimento da prática cooperativista, refletindo sobre os objetivos de suas organizações. Neste evento foram revisados os princípios cooperativistas e que devem estar sempre em pauta para que sejam à base das estratégias de desenvolvimento do sistema de cooperativas existente em diversos países. São eles:

- 1) Princípio da adesão voluntária e livre: As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a usar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de sócio, sem discriminação social, racial, política, religiosa e de gênero.
- 2) Princípio do controle democrático pelos membros: As cooperativas são organizações democráticas, controladas por seus sócios, que participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões. Homens e mulheres, eleitos como representantes, são responsáveis para com os sócios. Nas cooperativas singulares, os sócios têm igualdade na votação (um sócio = um voto); as cooperativas de outros graus são também organizadas de maneira democrática.
- 3) Princípio da participação econômica dos membros: Os sócios contribuem de forma equitativa e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas. Usualmente, os sócios recebem juros limitados (se houver algum) sobre o capital, como condição de sociedade. Os sócios destinam as sobras aos seguintes propósitos: desenvolvimento das cooperativas, possibilitando a formação de reservas, parte dessas podendo ser indivisíveis; retorno aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas e apoio a outras atividades que forem provadas pelo sócios.
- 4) Princípio da autonomia e independência: As cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua, controladas por seus membros. Entrando em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, devem fazê-lo de forma a preservar seu controle democrático pelos sócios e manter a sua autonomia.
- 5) Princípio da educação, formação e informação: As cooperativas proporcionam educação e formação aos seus membros, dirigentes eleitos e administradores, de modo a contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Eles deverão informar o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.
- 6) Princípio da cooperação entre cooperativas: As cooperativas atendem a seus membros mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntas, através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais.
- 7) Princípio da preocupação com a comunidade: As cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, municípios, regiões, Estado e país através de políticas aprovadas por seus membros. (VEIGA, 2001, p. 44 – 46.).

### 3.2 COOPERATIVISMO NO BRASIL

As primeiras cooperativas que surgiram no Brasil deram-se, por conta, de uma necessidade social, sem amparo legal, que tomou força diante de um sistema político e econômico excludente. Os primeiros tipos de cooperativas foram as de consumo nos grandes centros urbanos no final do século XIX, a partir do decreto da Lei Áurea, da crise estrutural do fim do Império e da promulgação da Constituição Republicana de 1891.

(...) a história do cooperativismo formal no Brasil começa, de fato, com a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em 27 de outubro de 1889, a mais antiga cooperativa que se tem notícia no Brasil. É a primeira iniciativa de trabalhadores livres, logo após a extinção do escravismo, para criar uma espécie de banco sob a forma de sociedade anônima, mas prevendo sua expansão em caixa de auxílio e socorro, na construção de casa para alugar ou vender aos sócios, além de outras atividades (...). (PINHO, 2004, p. 13).

Mesmo com as primeiras ideias do cooperativismo introduzidas em 1889 é a partir da década de 1930 que há um crescimento das cooperativas brasileiras, quando ocorre o aparecimento de cooperativas de produção, crédito e consumo em vários setores da economia. Até aquele momento segundo Veiga (2001, p.28), “o governo reconhecia a utilidade das cooperativas, mas não a sua forma jurídica distinta de outras entidades. A Revolução de 30 criou condições para que o cooperativismo fosse reconhecido como uma necessidade nacional”.

Esse crescimento foi baseado em dois pontos principais. O primeiro está ligado ao fato do poder público naquele momento identificar o cooperativismo como uma forma de reestruturar as atividades agrícolas, portanto, estimular esse tipo de iniciativa. O outro ponto fundamental foi à promulgação em 1932, da Lei Básica do Cooperativismo no Brasil, que contribuiu para a definição das singularidades do movimento cooperativo em contraponto às demais formas associativas.

No período de 1932 – 1965, consolidou-se parcialmente o cooperativismo brasileiro, devido ao Decreto 22.239, de 19 de Dezembro de 1932, a primeira lei fundamental que arrolou as características principais das cooperativas, consagrou seu embasamento doutrinário **rochdaleano e garantiu, às cooperativas, margem razoável de liberdade de constituição e de funcionamento.** (PINHO, 2004, p. 26 - 27).

Pode-se dizer que essa foi a primeira vitória em termos constitucionais para o cooperativismo no Brasil. Contudo, mais tarde, em 1971 a Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, estruturada em 117 artigos contidos nos seus dezoito capítulos, substituiu as legislações anteriores e passa a embasar o cooperativismo brasileiro. Este é um sistema que possibilita que indivíduos isolados e, por isso mesmo, com menos condições de enfrentar o mercado, aumentem sua competitividade, e, conseqüentemente, melhorem a renda ou condição de trabalho. Os possíveis benefícios fiscais passam a ser secundários se o empreendimento coletivo for viável a partir da união das pessoas.

Outro ponto importante a ser destacado, do ponto de vista legal, foi a criação da Lei n° 9.867, de 10 de novembro de 1999, que prevê a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, as quais estão destinadas a promover à integração social dos cidadãos e auxiliar pessoas em “situação de desvantagem” a se inserirem no mercado, gerar renda para esses trabalhadores e, conseqüentemente, inseri-los novamente no mercado formal.

A organização desses grupos varia a partir da união espontânea de dois trabalhadores até a criação de complexas cooperativas. Uma forte característica do setor é a informalidade, a falta de vínculos longos e o baixo grau de organização. Mas, a evolução dos grupos, na grande maioria, é marcada pela intervenção de alguma instituição, como igrejas, ONGs, prefeituras e sindicatos, entre outras, que participam do processo tentando ajudar a formalizar os grupos.

### 3.3 COOPERATIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA RMS

A partir da década de 1970 surgiu o conceito de reciclagem justamente quando se acentuou as preocupações ambientais. A partir daí a reciclagem tornou-se uma válvula de escape para a manutenção do desenvolvimento sustentável. De acordo com Delmont (2007), o desenvolvimento sustentável é uma forma de enquadramento das categorias de análise da questão ambiental, para que a discussão sobre as diversas ações do homem tivesse um norte na questão do meio ambiente e sociedade. Em 1973 esse termo ficou conhecido em escala mundial indicando que o desenvolvimento capitalista deve atender aos requisitos de sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

Segundo Layargues (2002), a compreensão da necessidade do gerenciamento integrado dos resíduos sólidos propiciou a formulação da chamada Política ou Pedagogia dos 3R's, que inspira técnica e pedagogicamente os meios de enfrentamento da questão do lixo. Os 3R's significam: *Reduzir* a geração de resíduos, *Reutilizar* o resíduo e *Reciclar* o resíduo. Essas ações buscam a preservação ambiental ou dos recursos naturais, enfatizando a importância da reciclagem como um mecanismo de sustentabilidade econômica e ambiental.

Apesar de serem grandes e preocupantes os problemas ambientais e de sustentabilidade no Brasil os índices de reciclagem estão entre os mais altos do mundo. Isso se deve em grande parte ao surgimento e atuação de cooperativas, entidades e movimentos voltados à reciclagem. A exemplo, o Movimento Nacional dos Catadores de Resíduos Sólidos (MNCR),

que é um movimento social e há cerca de 4 anos vem organizando os catadores e catadoras de materiais recicláveis pelo Brasil afora. Buscamos a valorização de nossa categoria de catador que é um trabalhador e tem sua importância. (MNCR, 2009).

De acordo com a Empresa de Limpeza Urbana do Salvador (LIMPURB) em Salvador, a coleta seletiva teve seu início em 1996 com a criação da Cooperativa de Agentes Autônomos de Reciclagem e Responsabilidade Ltda. (COOPCICLA<sup>3</sup>), a primeira cooperativa de catadores estruturada no município. A LIMPURB teve um papel de extrema relevância, pois elaborou o projeto, viabilizou financiamento pelo Banco Mundial, através da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), que possibilitou a aquisição dos equipamentos e ferramentas e a reforma da antiga sede da LIMPURB, para o funcionamento da cooperativa.

A partir do ano de 2002 foram instituídos os Postos de Entrega Voluntária (PEV's) e foram incorporados ao sistema de coleta seletiva, entretanto a coleta era realizada por uma empresa terceirizada (que pegava o material e em seguida encaminhava-o para uma cooperativa), pelas cooperativas de catadores e pelos catadores informais. De acordo com a LIMPURB, cerca de 75 postos de PEV's foram instalados, composto de um conjunto de quatro contêineres, sendo um para cada tipo de material (papel, vidro, plástico e metal). Entretanto, este modelo não mais é operado no município devido aos problemas levantados durante o período de funcionamento, pois apresentou pouca eficácia, principalmente se avaliada a relação custo x benefício.

A LIMPURB continua sendo um referencial no apoio às cooperativas. Pois, a instituição tem um histórico no apoio à formação de cooperativas de catadores e ainda hoje dá suporte técnico e alguns equipamentos para execução da coleta seletiva por algumas das cooperativas, prova disto é que em 2003 foi criada a COOPERBRAVA<sup>4</sup>, tendo como cooperados os “badameiros” do lixão de Canabrava. A sede foi construída em área do lixão desativado. Em 2004, o Poder

---

<sup>3</sup> Cooperativa de Agentes Autônomos de Reciclagem, Responsabilidade Ltda. E-mai: [coopcicla.reciclagem@click21.com.br](mailto:coopcicla.reciclagem@click21.com.br)

Rua Cônego Pereira, S/Nº -**SETE PORTAS**; Atividade: Coleta Seletiva; Área de Atuação: Pituba, CAB, Barra; Presidente: Sr.Edson Cabral TEL: (71) 3322-7897 / (71) 3322-1127

<sup>4</sup> Cooperativa Recicláveis de Canabrava; Atividade: Cantadores. Rua Artêmio Casto Valente, S/N - **PARQUE SOCIOAMBIENTAL DE CANABRAVA**. Atividade: Catadores. Área de Atuação: Boca do Rio, Imbui, Trobogy e Hotéis. Presidente: Sr Rosângela Silva Souza/Adenilton TEL.: (71)3366-9037 / (71)9607-0878

Público organizou o COOPBARIRI<sup>5</sup>, e construiu sua sede, em terreno doado pela Fundação Cidade Mãe, com materiais de construção cedidos por empresas. A Cooperativa de Reciclagem e Serviços do Subúrbio Ferroviário (COOPERSSF<sup>6</sup>) também foi organizada pela LIMPURB em 2005, com sessão de terreno feita pela Superintendência de Parques e Jardins, sendo a cooperativa adotada por uma das empresas que operam a limpeza urbana, que viabilizou a reforma do espaço e o fornecimento das ferramentas. Entretanto, hoje esta é conhecida como Cooperativa de Reciclagem e Serviços de Salvador (COOPSAL) situada em outro logradouro, contudo dispondo do mesmo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), objeto deste estudo.

Infelizmente, na cidade de Salvador não há um diagnóstico que permita quantificar o número exato de cooperativas de catadores no município, sabe-se que existem muitas iniciativas como "associações e cooperativas", mas ainda não foram quantificadas. Contudo as cooperativas realizam a coleta seletiva porta a porta, em alguns bairros de Salvador e através de parcerias com condomínios e no comércio, que entregam os resíduos já segregados. Segundo a LIMPURB, apenas 23 cooperativas estão cadastradas, porém as demais cooperativas criadas têm origem nas iniciativas dos próprios catadores, de associações de bairros e até mesmo de Organizações não Governamentais (ONG's) o que dificulta o registro das mesmas junto a esta instituição.

---

<sup>5</sup> COOPBARIRI, Rua Professor Aloisio de Carvalho Filho, n.º - 74. **ENGENHO VELHO DE BROTAS**. Atividade: Reciclagem de Sucatas Não Metálicas e reciclagem de outras sucatas. Área de Atuação: Pítuba, Brotas, Vasco da Gama, Centro da Cidade, Áreas solicitadas  
Presidente: Elias Bezerra da Silva. TEL: (71)3381-3863 / 9652-9835 / 9605-3283

<sup>6</sup> COOPERSSF, Rua Boa Esperança de Ilha Amarela, n.º - 84 – **Ilha Amarela**, CEP: 40715-290. E-mail: [cooperssf@hotmail.com](mailto:cooperssf@hotmail.com)  
Atividade: Reciclar e Catador; Área de Atuação: Rio Sena, Ilha Amarela, Conjunto Senhor do Bonfim, Terezinha, Mirantes de Periperi, Periperi, Plataforma; Presidente: Sr Luís Alberto Souza Oliveira.

#### **4 ESTUDO DE CASO DA COOPSAL**

Nessa seção foi realizado um questionário com os cooperados da Cooperativa de Reciclagem e Serviços Salvador (COOPSAL) onde se pretende traçar o perfil socioeconômico dos mesmos e investigar o significado da cooperativa em relação ao mercado de trabalho para os cooperados. Para a escolha desta instituição foi feito um levantamento preliminar na LIMPURB onde a mesma está cadastrada. O diagnóstico socioeconômico e ambiental dos cooperados foi feito na própria cooperativa: foi realizada uma reunião com os cooperados onde foi explicado o motivo pelo qual o questionário seria aplicado e a aceitação em respondê-lo foi unanime. Todos os cooperados colaboraram com as entrevistas, respondendo a um questionário semi-estruturado, estas observações foram conduzidas no período junho de 2012. Todos os entrevistados são moradores da comunidade, grande parte migrou quando criança para acompanhar o deslocamento da família ou buscando melhores condições de vida.

A pesquisa foi realizada de forma censitária, ou seja, todos os quarenta indivíduos que fazem parte da cooperativa responderam ao questionário. Foram aplicados quarenta questionários e observou-se que do total dos cooperados 26 são homens e 14 são mulheres, com idade variável entre 18 a 57 anos. Já com o presidente da cooperativa foram realizadas duas entrevistas. A primeira, aberta, no sentido de abordar temas relacionados à origem da cooperativa e sua situação atual. Já a segunda, semelhante à primeira, para responder ao questionário semi-estruturado. O que foi extraído desses encontros está abordado no item que se segue. Com os cooperados foram realizados três encontros, onde todos puderam responder ao questionário.

##### **4.1 A FORMAÇÃO DA COOPSAL**

Com a ideia surgida em 2003, a partir de uma conversa entre alguns moradores do Bairro de Ilha Amarela, catadores de resíduos sólidos do subúrbio ferroviário de Salvador, afirmando o presidente Luiz Alberto “que no momento teve muita vontade política” surgiu a COOPERSSF. Fundada em 07 de março de 2005, começou a atividade com 69 cooperados e, no auge, chegou a ter 96 cooperados. Desde o surgimento da ideia até a implantação pode-se dizer que a cooperativa passou por quatro etapas: a primeira foi à capacitação onde todos os que estavam envolvidos, no processo, tiveram de participar. Eles aprenderam o que era

cooperativismo, cooperativa, como administrar uma cooperativa, os direitos e deveres do cooperado entre outros; a segunda etapa foi mais burocrática onde os cooperados aprenderam sobre a parte administrativa confecção dos documentos como o estatuto, atas, ofícios entre outros; a terceira etapa foi à implantação, ou seja, a concretização da ideia e por fim a quarta etapa que é a que eles passaram em 2009 até hoje, ou seja, a mudança de COOPERSSF para COOPSAL. Entre 2005 a 2008 a COOPERSSF contava com o apoio de 02 caminhões, um cedido pela prefeitura através da LIMPURB e outro pelo governo do estado, 01 prensa e 02 balanças.

A cooperativa surgiu com intuito de gerar trabalho e renda para pessoas da comunidade, levando conscientização, educação e buscando soluções para os problemas socioeconômicos e ambientais do Subúrbio Ferroviário, local de alto índice de desemprego e subemprego, onde não havia nenhuma atividade relacionada ao monitoramento dos resíduos sólidos. A atuação da COOPERSSF não se resumia apenas na reciclagem, mas também na educação ambiental, que se dava através da realização de palestras em escolas, associações, e também com caminhadas ecológicas no Parque São Bartolomeu, visando a luta pela preservação ao meio ambiente.

Uma das soluções encontradas para resolver os problemas que os resíduos sólidos domésticos trazem para cada bairro e, ao mesmo tempo, buscar uma forma de proteger o Meio Ambiente foi à criação desta cooperativa, cuja finalidade é proporcionar melhores condições de vida às pessoas que vivem à margem da economia e da sociedade, gerando trabalho e renda para a população, resgatando sua cidadania, absorvendo a mão de obra local e combatendo a miséria.

Figura 1: COOPERSSF



Fonte: Arquivo COOPSAL, 2012.

Figura 2: Cooperados



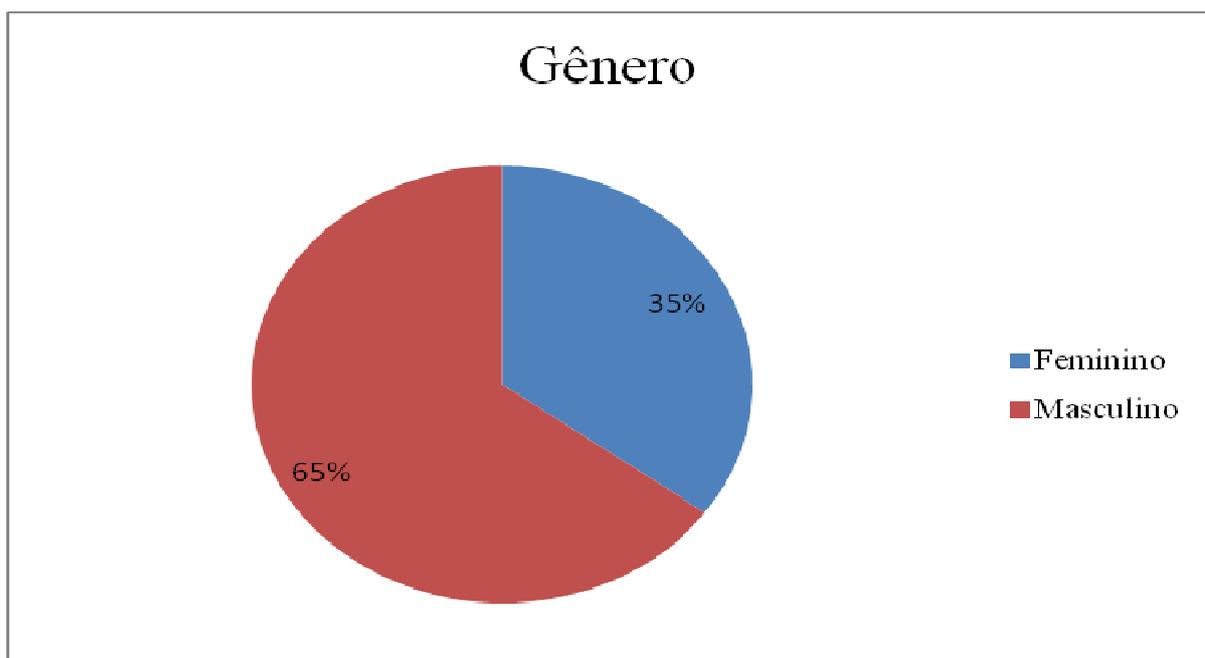
Fonte: Arquivo COOPSAL, 2012.

Entretanto, a partir de 16 de Fevereiro de 2009 a cooperativa passou a se chamar Cooperativa de Reciclagem e Serviço Salvador, situada na Rua Tinoco Pedreira, 20, Bairro Rio Sena e conta hoje com 40 cooperados, dos quais 17 participaram da fundação. Hoje a cooperativa atua em uma proporção menor, pois perderam o galpão (Imagem 1), o apoio da Prefeitura e do Governo do Estado, com a logística (os caminhões) e está funcionando em um local improvisado cedido pela Associação dos moradores de Ilha Amarela. Entretanto, conserva os mesmos princípios e continua no resgate do indivíduo ao mostrar a importância da coleta seletiva e corroborar essa atitude com a atuação da cooperativa desse segmento nessa região e gerar uma nova perspectiva de vida para os jovens da localidade.

#### 4.2 O PERFIL DOS COOPERADOS

O Gráfico 2, mostra que dos 40 entrevistados 26 são homens e 14 mulheres. O que representa uma predominância do sexo masculino com 65% do total dos entrevistados. Isso pode ser explicado pelas intempéries da ocupação, pois exige força e resistência física para carregar os grandes volumes dos materiais, os 35% é representado pela presença feminina as quais são mais aproveitadas na triagem dos materiais, na própria cooperativa.

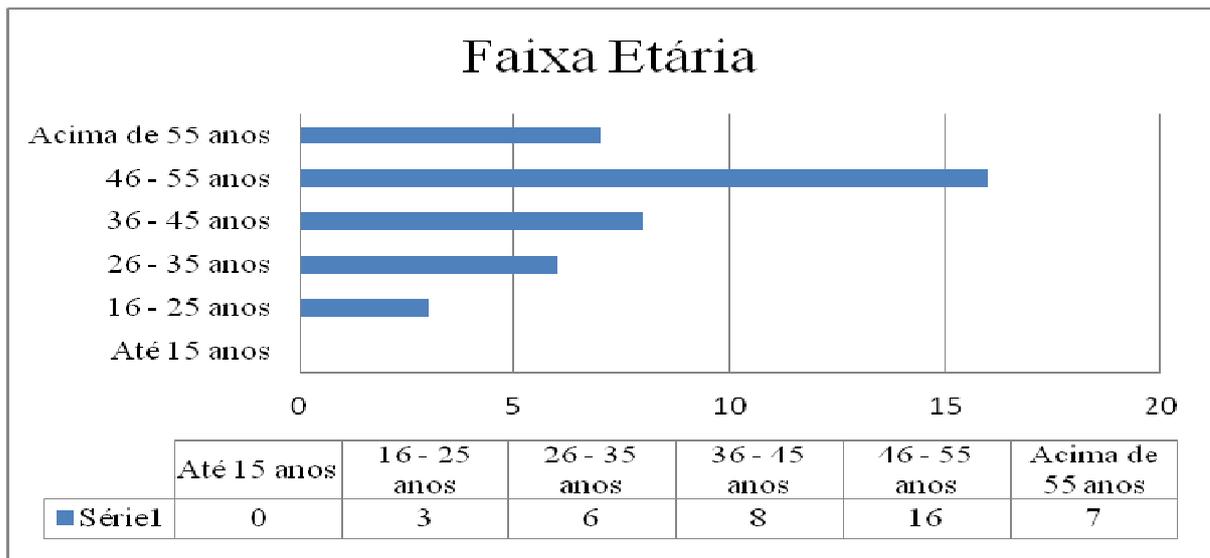
Gráfico 2: Gênero



Fonte: Elaboração do autor, 2012.

Para poder responder a questão seguinte foram estratificadas seis classes segundo a faixa etária, assim distribuídas: até 15 anos, 16 a 25 anos, 26 a 35 anos, 36 a 45 anos, 46 a 55 anos e Acima de 55 anos. No Gráfico 3, pode-se observar que em primeiro lugar vem a faixa de 46 a 55 anos que tem 16 pessoas com essa idade o que representa 40% dos entrevistados, nessa cooperativa esta é a faixa etária mais representativa; em segundo lugar vem a de 36 a 45 anos que tem 8 pessoas, o que representa 20% dos entrevistados; em seguida vem a acima de 55 anos com 7 pessoas, o que representa 17,5% dos entrevistados; de 26 a 35 anos com 6 pessoas, o que representa 15% dos entrevistados; de 16 a 25 foram contabilizadas 3 pessoas, o que representa 7,5% dos entrevistados e por fim até 15 anos, em que não consta nenhuma pessoa.

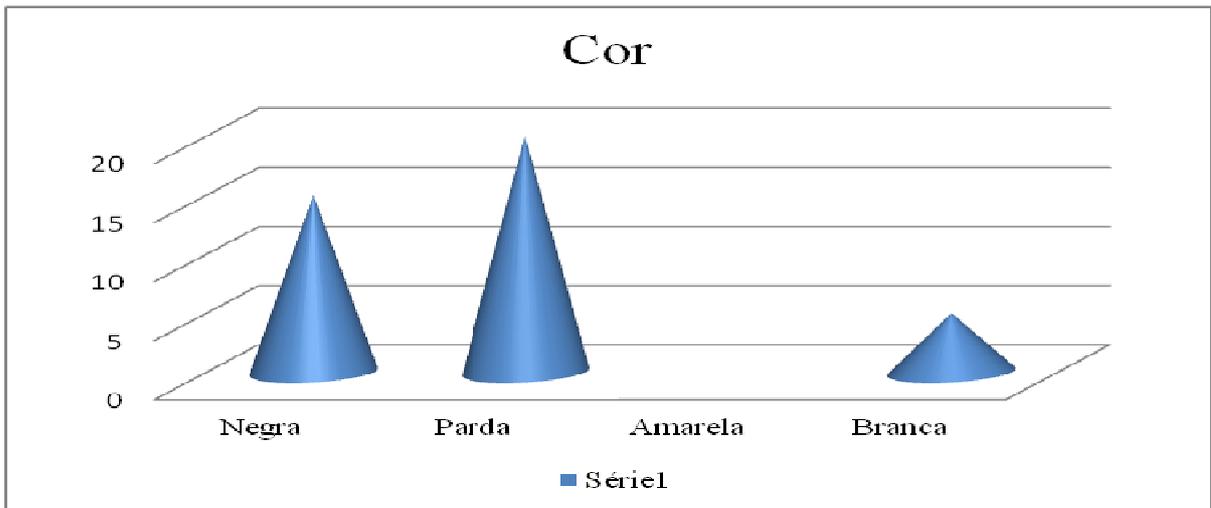
Gráfico 3: Faixa Etária



Fonte: Elaboração do autor, 2012.

A próxima pergunta foi elaborada no intuito de corroborar com os dados apresentados no segundo capítulo que fala sobre o desemprego quando mostra que as pessoas mais afetadas são as de cor parda e negra. No Gráfico 4 é observado a cor dos entrevistados e tem sua maior parte representada pela cor parda, ou seja, 20 pessoas responderam que são pardas, o que representa 50% dos entrevistados, este percentual sinaliza que muitas pessoas não aceitam ainda sua cor da pele; em seguida 15 pessoas disseram ser negras, isto significa 37,5% dos entrevistados, este grupo mostrou ser mais consciente ao afirmar sua cor da pele e muitos ainda diziam “sinto orgulho de ser negro”; apenas 5 dos entrevistados se consideraram brancos, representado por 12,5% dos entrevistados e nenhum dos entrevistados se consideraram amarelos.

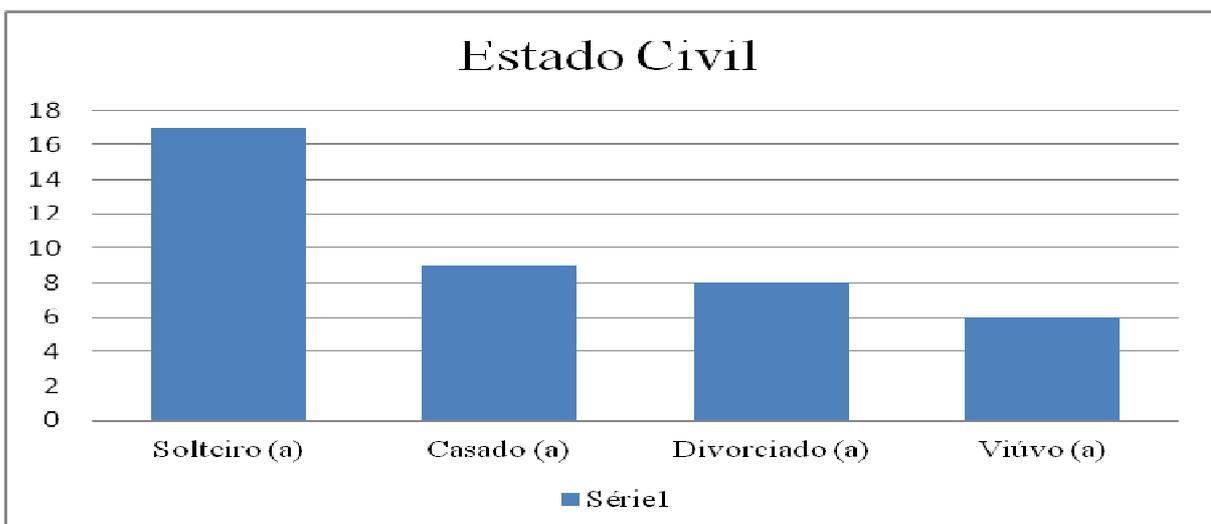
Gráfico 4: Cor



Fonte: Elaboração do autor, 2012.

O Gráfico 5 apresenta o estado civil dos cooperados e mostra que é bem diversificado, assim distribuído: os solteiros são representados por 17 pessoas, o que representa 42,5% do total dos entrevistados, onde 12 são homens e 5 são mulheres; os casados são representados por 9 pessoas, o que representa 22,5% dos entrevistados; em seguida vem os divorciados com 8 pessoas, o que representa 20% dos entrevistados e por fim 6 pessoas disseram ser viúvos, o que representa 15% dos entrevistados, onde 4 são homens e apenas 2 são mulheres. Essa questão buscou verificar se o cooperado possui algum complemento quanto à renda familiar ao indicar tendências como a presença de dependentes e despesas adicionais com o lar.

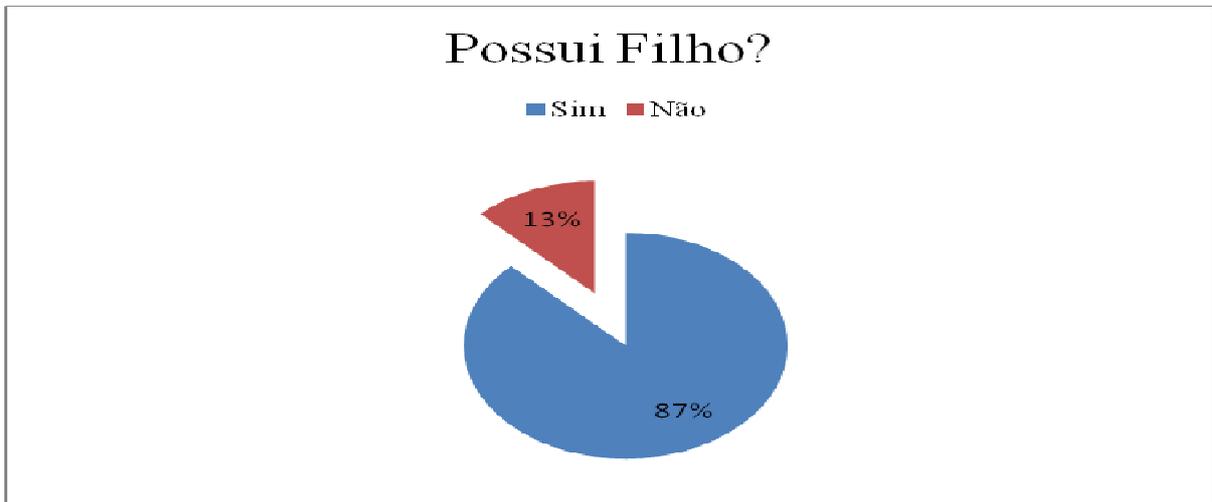
Gráfico 5: Estado Civil



Fonte: Elaboração do autor, 2012.

O Gráfico 6 mostra que dos 40 cooperados 35 afirmaram ter algum dependente, o que representa 87,5% dos entrevistados e apenas 5 cooperados disseram não ter filhos, o que representa 12,5% dos entrevistados.

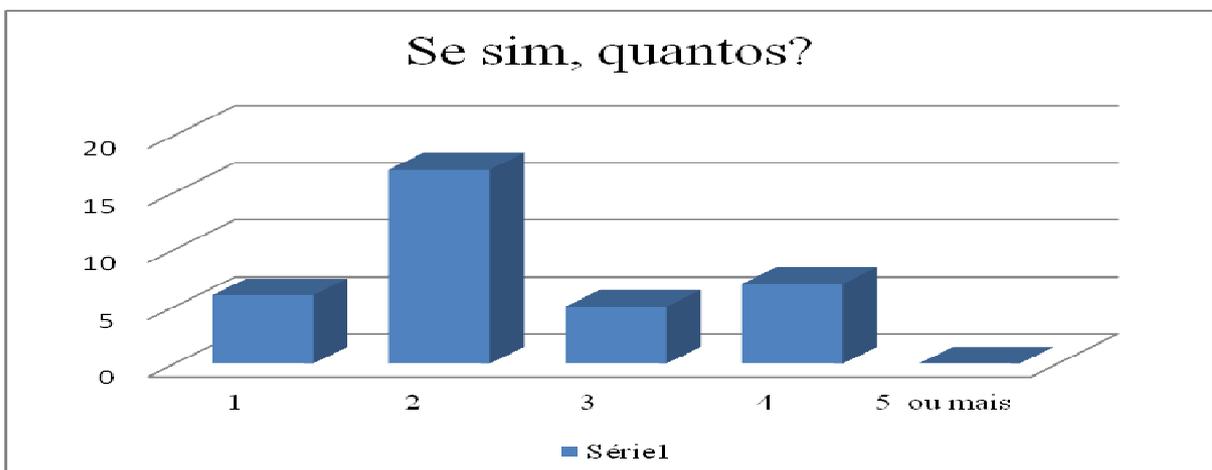
Gráfico 6: Possui Filhos?



Fonte: Elaboração do autor, 2012.

Pode ser observado a distribuição do quantitativo de filhos no Gráfico 7, ou seja, dos 35 que afirmaram ter filhos ficaram assim distribuídos: 17 dos cooperados disseram ter 2 filhos, o que representa aproximadamente 49% dos entrevistados; 7 dos cooperados disseram ter 4 filhos, o que representa 20% dos entrevistados; 6 dos cooperados disseram que possuem apenas um filho, o que representa aproximadamente 17% dos entrevistados; enfim 5 dos cooperados disseram ter 3 filhos, o que representa aproximadamente 14% dos entrevistados. Isso pode ser visto no gráfico abaixo.

Gráfico 7: Quantos Filhos?

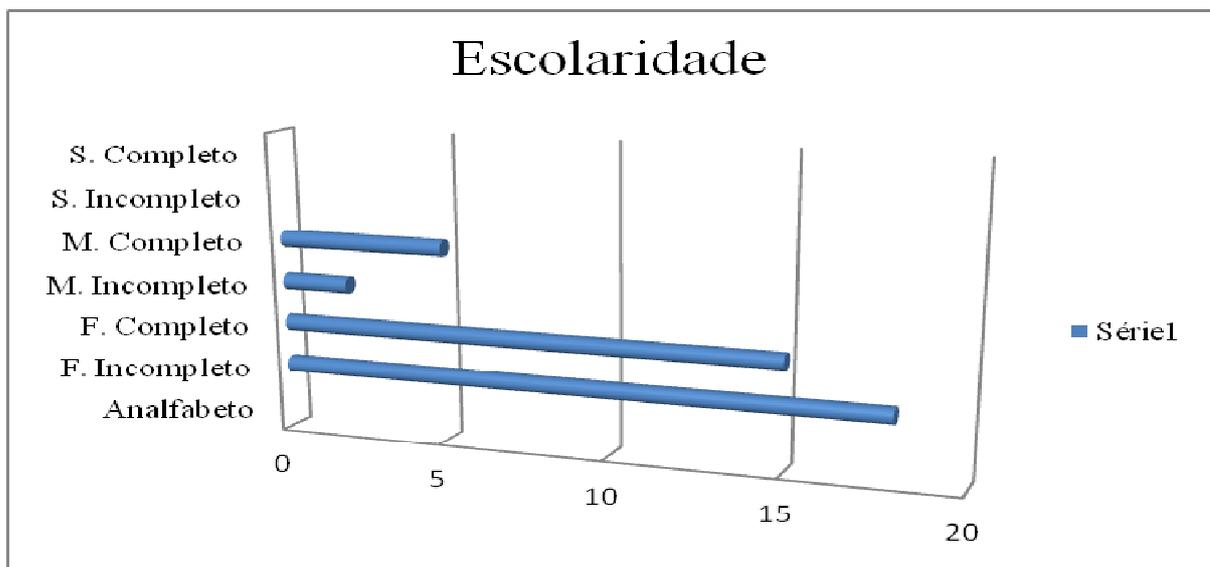


Fonte: Elaboração do autor, 2012.

O grau de escolaridade é um fator importantíssimo, pois representa um dos fatores relevantes na inserção do indivíduo no mercado de trabalho. Dentro da cooperativa também há divisão do trabalho e as tarefas são distribuídas de acordo com a capacidade cognitiva dos cooperados, entretanto, este não é um fator rígido, pois dentro da cooperativa existem oficinas e cursos de capacitação oferecidos aos cooperados com o apoio da LIMPURB e outros órgãos. Muitos cooperados quando chegaram à cooperativa não sabiam nem ler nem escrever, entretanto, essa realidade mudou aos poucos. Pois os cooperados foram incentivados à estudar e os que sabiam ler e escrever a retornar aos estudos e o resultado é que hoje não tem nenhum cooperado que não saiba ler nem escrever. Essa é uma das maiores realizações do indivíduo, pois eles passam a enxergar o mundo com outros olhos como disse D. Maria: “antes eu tinha olhos, mas não enxergava quando eu saía, precisava pegar ônibus, ficava perguntando aos outros e agora é só alegria, consigo ler! Agora sei que enxergo de verdade”.

Como representado no Gráfico 8, 18 dos 40 cooperados possuem o ensino fundamental incompleto, o que representa 45% dos entrevistados; seguido por 15 cooperados com o ensino fundamental completo, o que representa 37,5% dos entrevistados; em terceiro lugar vem o ensino médio completo com 5 cooperados, o que representa 12,5% dos entrevistados; em quarto lugar vem o fundamental incompleto com 2 votos, o que representa 5% do total dos cooperados e, para alegria de todos, nenhum dos cooperados são analfabetos e todos eles se mostraram motivados a continuar os estudos.

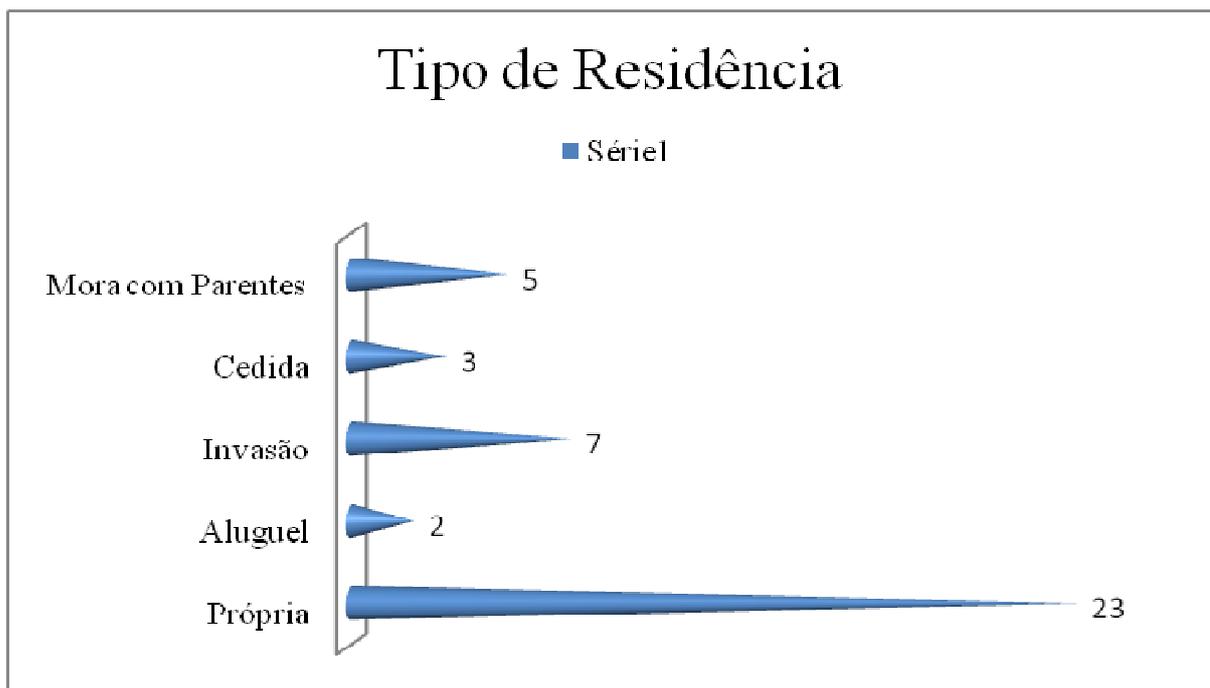
Gráfico 8: Escolaridade



Fonte: Elaboração do autor, 2012.

A próxima pergunta foi em relação ao tipo de residência que visou observar a estrutura pessoal do cooperado. No Gráfico 9, pode ser visto que muitos cooperados possuem casa própria. Esse é um ponto positivo, pois mostra o comprometimento dos cooperados consigo mesmos, ou seja, a busca do objetivo e da melhora. Como observado abaixo, dos 40 cooperados 23 possuem casa própria, o que representa 57,5% do total dos entrevistados; em seguida vem a moradia em invasão com sete dos 40 cooperados, o que representa 17,5% dos entrevistados, apesar de alguns dos cooperados ainda passarem por situações ainda precárias, nesse sentido, eles já falam em poder realizar seus sonhos: de ter uma casa própria. Representado por 5 cooperados são os que moram com parentes, o que representa 12,5% dos entrevistados; em quarto lugar são os 3 cooperados que moram em casas cedidas por alguém, o que representa 7,5% do total e, por fim dois dos cooperados moram de aluguel, o que representa 5% do total dos entrevistados.

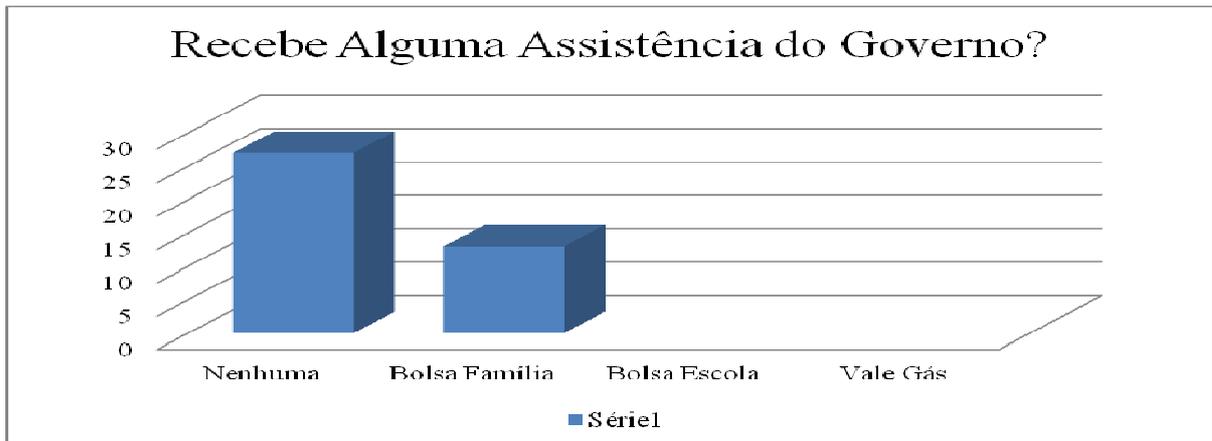
Gráfico 9: Tipo de Residência



Fonte: Elaboração do autor, 2012.

Na questão seguinte buscou-se saber se o cooperado recebe alguma ajuda do governo. O Gráfico 10 mostra que dos 40 entrevistados 27 disseram não receber nenhum auxílio do governo, o que representa 67,5% do total e 13 cooperados disseram receber Bolsa Família do Governo Federal, os que recebem este auxílio afirmaram estar incorporado o Bolsa Escola, já o Vale Gás ninguém soube reponder, portanto ficando com 0% dos entrevistados.

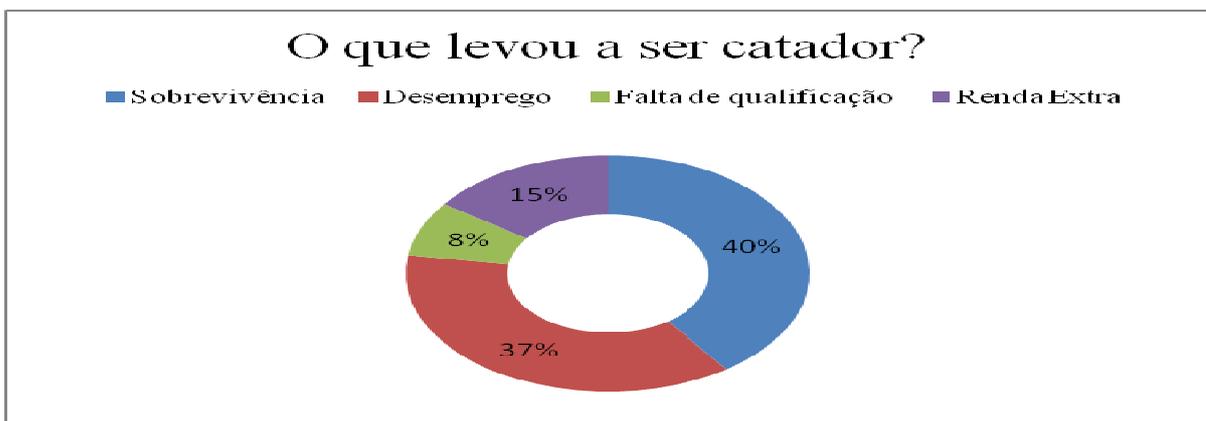
Gráfico 10: Recebe Alguma Assistência do Governo?



Fonte: Elaboração do autor, 2012.

O que o levou a ser um catador de resíduos sólidos? Essa é uma questão bem particular de cada um, mas aqui buscou-se generalizar a resposta para que pudesse ser traçado um perfil dos cooperados. Muitos contaram, bem emocionados, a sua história. O que se pode observar no Gráfico 11 é uma disputa bem acirrada entre as respostas sobrevivência e o desemprego, porém a busca pela sobrevivência ganhou com 16 respostas, o que representa 40% do total dos cooperados; contra 15 respostas favoráveis à questão do desemprego representado por 37,5% do total dos cooperados; em terceiro lugar vem a resposta renda extra com 6 respostas, acredita-se que esses cooperados invertem os papéis, ou seja, o que seria o trabalho. A cooperativa tornou-se secundária e o que seria secundário tornou-se a atividade principal, neste caso, seriam os “bicos”; e, por fim vem a falta de qualificação com apenas 3 respostas, o que representa 7,5% do total dos entrevistados, esses cooperados acreditam estarem nessa situação por não ter tido oportunidades nos estudos e em se qualificarem para o mercado de trabalho.

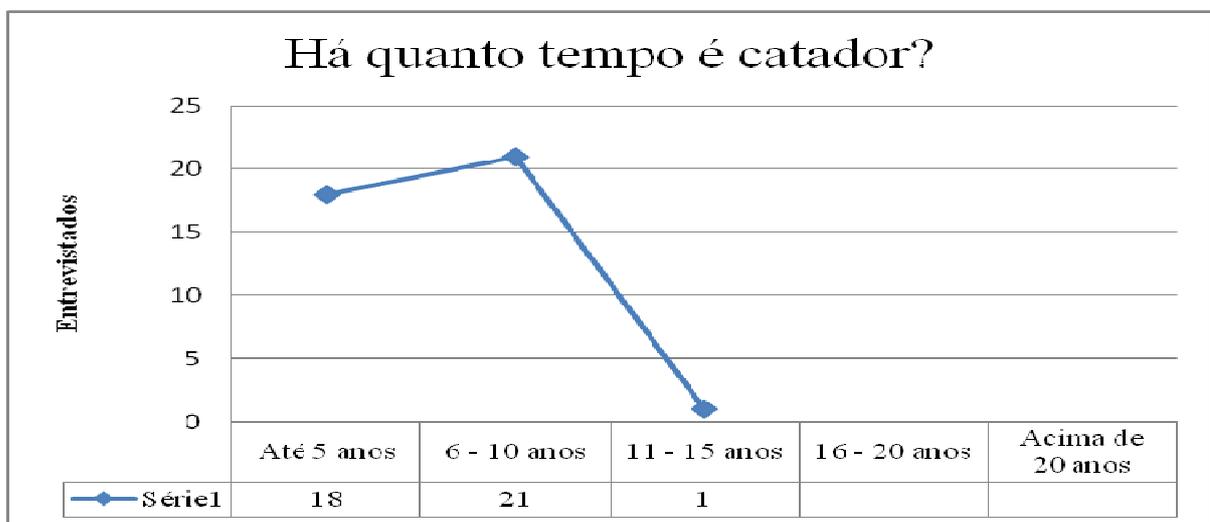
Gráfico 11: O que levou a ser catador?



Fonte: Elaboração do autor, 2012.

Para se ter um parâmetro quanto ao tempo dessa ocupação foi perguntado aos cooperados quanto tempo eles se encontravam nesse trabalho. No Gráfico 12 observa-se que dos 40 cooperados 21 responderam entre 6 a 10 anos nesta ocupação, o que representa 52,5% do total dos entrevistados; em seguida vem até 5 anos com 18 cooperados, o que representa 45% dos entrevistados; em terceiro lugar uma pessoa respondeu entre 11 a 15 anos, o que representa 2,5% do total dos entrevistados e, em seguida vem de 16 a 20 anos e acima de 20 anos que não é a realidade de nenhum dos cooperados.

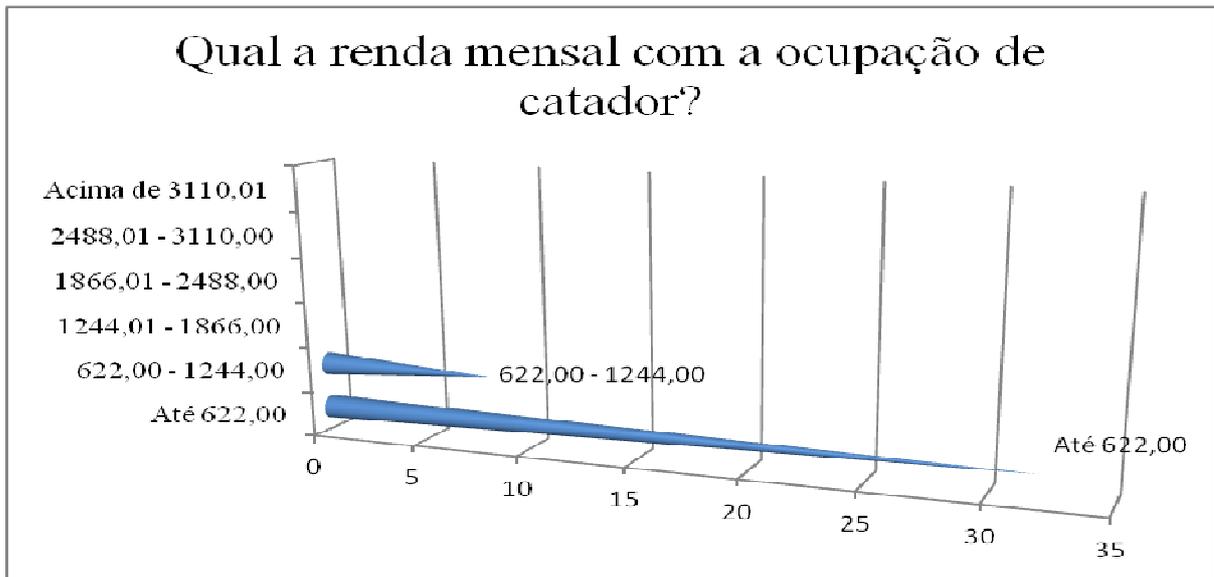
Gráfico 12: Há Quanto Tempo é Catador?



Fonte: Elaboração do autor, 2012.

A próxima questão teve um duplo objetivo saber quanto os indivíduos recebiam antes de se tornarem cooperados e após se tornarem cooperados, sendo que esta observação foi na hora da entrevista. O intuito dessa pergunta foi saber se realmente é rentável ser um cooperado ou não. E o observado é que eles contam que o ganho não é só material e sim também o ganho subjetivo, qual seja, o de se sentir um trabalhador que tem até farda para ser identificado. Como se pode observar no Gráfico 13, dos 40 cooperados 38 disseram ganhar até R\$ 622,00, o que representa 80% dos entrevistados. Esta é uma realidade que ainda permeia à cooperativa, mas que em breve, é o que esperam todos os cooperados, a situação mude. Os outros 20% dos total dos cooperados ficou por conta de alguns cooperados ganharem de R\$ 622,00 – R\$ 1244,00, entretanto, essas pessoas não recebem essa renda pura e simplesmente por ser um cooperado e sim por realizarem trabalhos extras “bicos” é o que será visto na próxima questão. Os outros itens não tiveram nenhum voto, o que representa 0% do total dos entrevistados.

Gráfico 13: Qual a renda mensal com a ocupação de catador?



Fonte: Elaboração do autor, 2012.

A maioria dos cooperados disse não possuir outra fonte de renda. No Gráfico 14 observa-se que 34 dos 40 cooperados afirmaram só trabalhar na cooperativa, o que representa 85% do total dos entrevistados e apenas 6 dos cooperados disseram que não possuíam outra fonte de renda, o que representa 15% do total dos cooperados. É bom salientar que nesta questão não foi contabilizado os que recebiam o Bolsa Família e sim, só e somente só, os que exerciam outra função (artesão, diarista, lavador de carros, ajudante de pedreiro, vendedor, segurança entre outros).

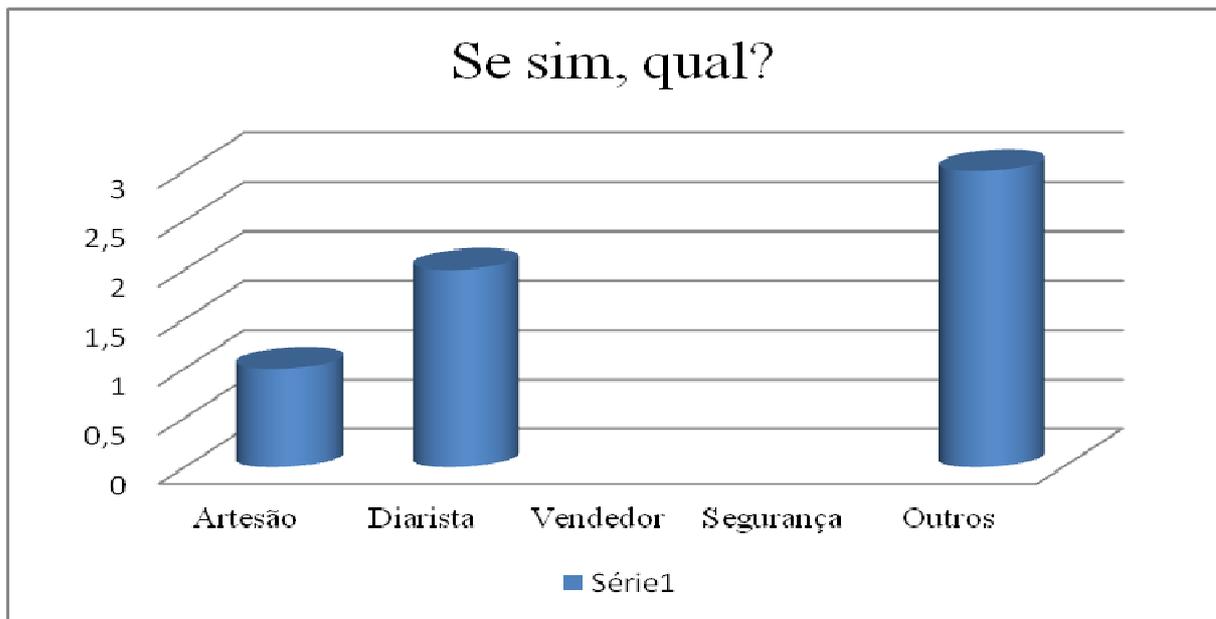
Gráfico 14: Tem outra fonte de renda?



Fonte: Elaboração do autor, 2012.

Como complemento da questão anterior, o Gráfico 15, pontua algumas prováveis funções exercidas pelos cooperados para complementarem a renda. Então, dos 6 cooperados que responderam ter outra renda, que representam 15% do total dos entrevistados, observa-se que 3 pessoas, ou seja, 50% deste total responderam outros, sendo que esta resposta abriga as funções de: lavador de carros, ajudante de pedreiro, alguns são solicitados para limpar terrenos baldios entre outros; em segundo lugar com 2 respostas, o que representa, aproximadamente, 33% desse total disseram ser diarista, ou seja, são mulheres que não dispensa uma faxina ou lavar roupas (são mulheres extremamente fortes e guerreiras); em terceiro lugar com apenas um voto ficou a função de artesão que aproveita a matéria-prima à disposição para poder dar “asas” à imaginação.

Gráfico 15: Qual outra ocupação?



Fonte: Elaboração do autor, 2012.

Na próxima pergunta buscou-se observar há quanto tempo o indivíduo faz parte da cooperativa e a sua fidelidade à mesma. Portanto, no Gráfico 16, dos 40 cooperados 18 estão desde a sua fundação, ou seja, a mais de 6 anos desde do surgimento da idéia em 2003. Pode-se dizer que eles são os fundadores o que representa 45% do total dos entrevistados; em segundo lugar com 12 pessoas que estão há 5 anos, o que representa 30% do total dos entrevistados; em terceiro lugar com 8 pessoas com 4 anos, o que representa 20% do total dos entrevistados; em quarto lugar com 2 pessoas com 3 anos, o que representa 5% do total dos entrevistados e, as alternativas de 2 anos e até 1 ano não obtiveram nenhum voto.

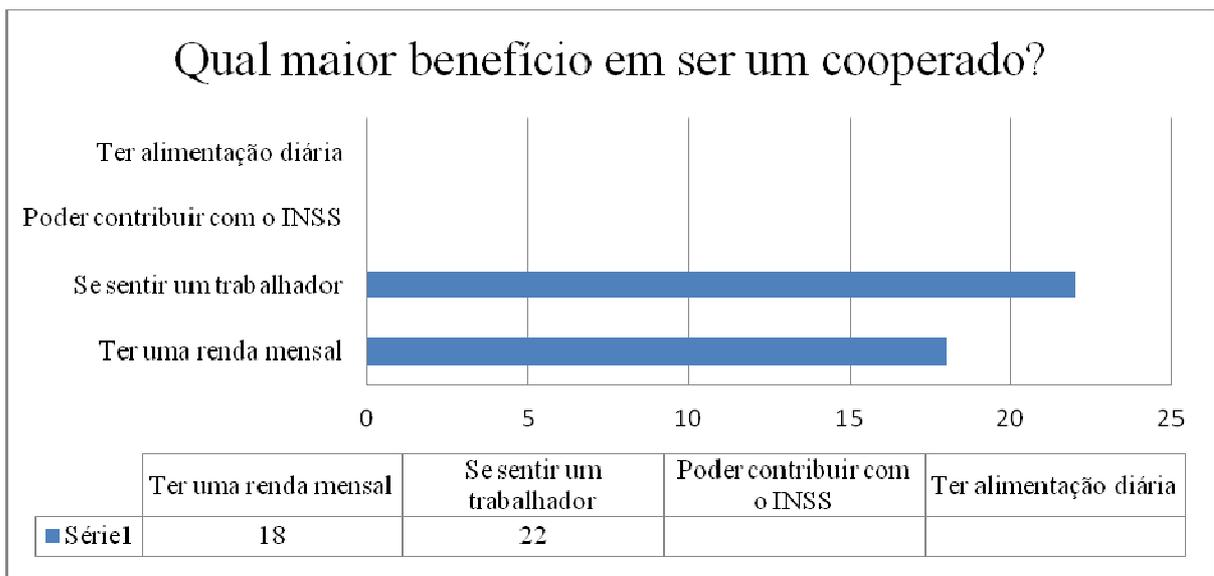
Gráfico 16: Há quanto tempo é cooperado da COOPSAL?



Fonte: Elaboração do autor, 2012.

O Gráfico 17 representa a pergunta: Qual maior benefício em ser um cooperado? Com isso buscou-se extrair dos cooperados o sentimento deles em relação à cooperativa e, nesse caso, apenas duas alternativas, das quatro, foram pontuadas, quais sejam: se sentir um trabalhador com 22 votos, o que representa 55% do total dos entrevistados e; ter uma renda mensal com 18 votos, o que representa 45% do total dos entrevistados. Entretanto, as outras duas respostas não obtiveram nenhuma pontuação, quais sejam: ter uma alimentação diária e poder contribuir com o INSS.

Gráfico 17: Qual maior benefício em ser um cooperado?



Fonte: Elaboração do autor, 2012.

A próxima pergunta teve o propósito de “entrar” no “EU” dos cooperados, ou seja, de saber como eles se viam antes como catador avulso e como eles se vêem como catador cooperado. Pois antes (avulso) eles trabalhavam com qualquer roupa, sem proteção alguma e, principalmente, sem amparo legal. Entretanto, como cooperado tem uma farda, equipamentos de proteção e amparo legal. Alguns disseram que com a farda eles passaram a ser enxergados pela sociedade e passaram a ser tratados com respeito, como um trabalhador. Muitas vezes quando usavam roupas normais as pessoas tinham até uma reação de segurar a bolsa ou olhar assustado. Diante da mudança que sentiram, principalmente, em relação ao fardamento, o Gráfico 18 mostra que dos 40 indivíduos 37 disseram se sentir um funcionário de uma empresa, o que representa 92% do total dos cooperados e, com apenas 3 votos a alternativa não, que não se sentiam funcionários de uma empresa e isso representa 8% do total dos cooperados.

Gráfico 18: Você se sente um funcionário de uma empresa?

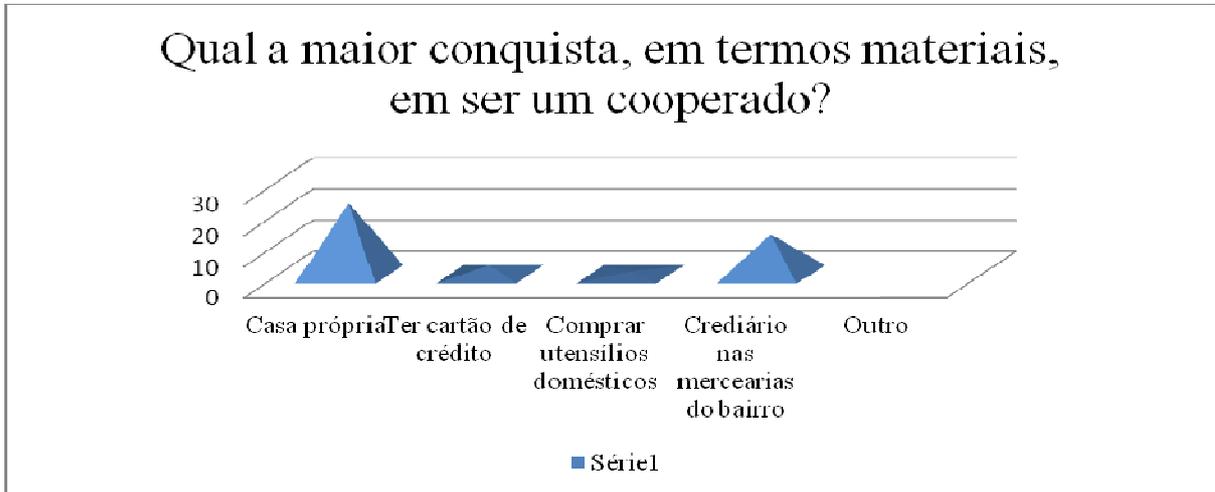


Fonte: Elaboração do autor, 2012.

A questão representada pelo Gráfico 19, teve o intuito de verificar se o indivíduo realizou alguma conquista, em termos materiais, enquanto cooperado e o que pode ser observado é que dos 40 entrevistados 23 reponderam que o maior benefício foi adquirir a casa própria, o que representa 57,5% do total dos cooperados; em segundo lugar com 13 votos ficou a resposta ter crédito nas mercearias do bairro. De acordo com um dos cooperados, Sr. José, ele revelou que: “antes a gente não podia comprar fiado porque a gente não tinha como pagar, mas agora a história é outra, os donos dos mercadinhos confia em nós porque sabe que vamos ter o dinheiro para poder pagar todo fim de mês (...) eu sei que fome a gente não passa mais”. Em terceiro lugar ficou a alternativa ter cartão de crédito com 3 votos, o que representa 7,5% do total dos cooperados e, em quarto lugar ficou a alternativa comprar utensílios domésticos com

apenas 1 voto, o que representa 2,5% do total dos cooperados e, sem nenhum voto ficou a alternativa outros.

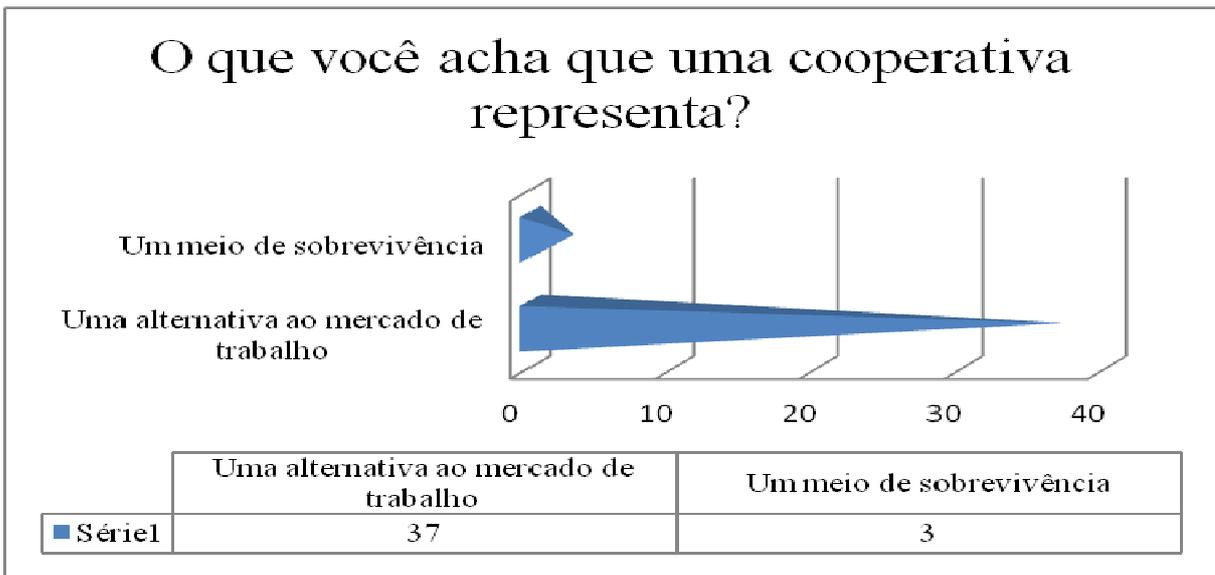
Gráfico 19: Qual maior conquista, em termos materiais, após ser um cooperado?



Fonte: Elaboração do autor, 2012.

A questão seguinte foi onde se concentrou o cerne do estudo de caso, qual seja: o que uma cooperativa representa para você? Com 37 votos dos 40 cooperados eles disseram que veem a cooperativa como uma alternativa ao mercado de trabalho, o que representa 92,5% do total dos cooperados e, apenas 3 indivíduos disseram que vê a cooperativa apenas como um meio de sobrevivência.

Gráfico 20: O que você acha que uma cooperativa representa?



Fonte: Elaboração do autor, 2012.

## 5 CONCLUSÕES

O resultado apresentado sobre os indivíduos que fazem parte da cooperativa, COOPSAL, evidenciado em junho de 2012 revelou a eficiência de uma cooperativa no sentido de ser uma alternativa ao mercado de trabalho, isso corroborando com os pontos de vista outrora concebidos sobre a economia da reciclagem. As cooperativas de resíduos sólidos embora estejam relacionadas com o desemprego está longe de ser um fenômeno passageiro ou apenas uma atividade reflexa da atividade formal, mas representa uma oportunidade de emprego e renda para os cooperados.

O perfil traçado dos cooperados mostra que a maioria dos indivíduos pertence ao sexo masculino com 65% dos cooperados, sendo que 40% deles estão na faixa etária entre 46 a 55 anos, já na questão da cor da pele 50% disseram ser pardos e no quesito estado civil dos cooperados 42,5% disseram ser solteiros apesar dessa quantidade de solteiros 87,5% dos cooperados disseram ter filhos, sendo que 49% desses pais disseram ter dois filhos.

Outro fator importante a ser observado é o grau de escolaridade que na cooperativa é um ponto positivo, pois não há cooperados analfabetos. A cooperativa tem um lema de não deixar nenhum dos cooperados dependentes de outras pessoas, com isso na pesquisa revelou que 45% dos entrevistados possuem o ensino fundamental incompleto. No que diz respeito ao tipo de residência 57,5% dos cooperados disseram ter casa própria. Buscou-se saber se os cooperados recebiam algum tipo de assistência do governo e 67,5% dos entrevistados não recebem nenhuma assistência do governo.

Já aprofundando na questão pessoal dos cooperados a pergunta foi sobre o motivo que levou o indivíduo a ser um catador e 40% respondeu ser a busca pela sobrevivência, outro fator importante é o tempo em que o indivíduo é catador de resíduo sólido e 52,5% dos cooperados disseram ter entre 6 a 10 anos nesta ocupação; na próxima questão buscou-se saber qual a renda mensal com a função de catador e os cooperados afirmaram ganhar até R\$ 622,00, mostrando que o valor que eles conseguem com a comercialização dos materiais aproxima-se e muitas vezes ultrapassa o salário mínimo e em meio a essa discussão também foi perguntado se os cooperados tinham outra fonte de renda e 85% dos indivíduos disseram não ter outra fonte de renda e dos que afirmaram ter outra renda 50% responderam a alternativa outro o que corresponde: lavador de carros, ajudante de pedreiro entre outros. Entretanto isso se dá nos

fins de semana. Este é um dos pontos cruciais da pesquisa porque mostrou a autossuficiência dos indivíduos enquanto cooperados.

Foi perguntado quanto tempo o indivíduo é cooperado 45% estão desde o começo, são os fundadores. Para saber se o cooperado estava de fato se beneficiando com a cooperativa foi perguntado ao cooperado qual tinha sido o maior benefício em ser um cooperado e 55% dos indivíduos disseram que é se sentir um trabalhador e a próxima pergunta buscou saber se o cooperado se sente um funcionário de uma empresa. A próxima pergunta teve o intuito de saber se os cooperados tinham obtido alguma conquista em termos materiais e 57,5% disseram ter conseguido adquirir a casa própria e por fim a pergunta que foi o motivador do estudo de caso, qual seja, saber o que uma cooperativa representa para o cooperado e 92,5% dos indivíduos disseram ver a cooperativa como uma alternativa ao mercado de trabalho.

Portanto, percebe-se que a economia da reciclagem se apresenta como uma importante alternativa de inserção e oportunidade para pessoas excluídas do circuito formal de emprego ou que precisam complementar a renda proporcionando novos postos de trabalhos para os catadores, ou seja, a cooperativa de resíduos sólidos constitui efetivamente uma alternativa crível ao mercado de trabalho formal, além de evitar gastos onerosos para o município que é o responsável pela limpeza urbana. Nesse contexto, a reciclagem de materiais descartáveis é uma questão tanto ambiental quanto econômica, visto que remete à preservação do meio ambiente e no que diz respeito ao socioeconômico os catadores outrora marginalizados passam a ter renda.

Entretanto, cabe ressaltar que, apesar de as cooperativas de resíduos sólidos se apresentarem como importante segmento de alternativa ao mercado de trabalho, não é capaz de absorver toda a mão de obra disponível. E necessita de uma atenção do poder público competente, pois essa forma de união de pessoas requer financiamento / subsídios para poder funcionar de forma organizada e que atenda às necessidades dos cooperados.

Por fim, embora as cooperativas de resíduos sólidos sejam caracterizadas pela inserção precária, os dados da pesquisa obtido na COOPSAL, mostram que a economia da reciclagem não pode ser vista como sinônimo de exclusão e pobreza e sim uma alternativa viável ao mercado de trabalho. Mesmo estando relacionado com o desemprego não pode ser visto como uma anomalia passageira, mas como um fenômeno inerente ao processo de produção, e

apresentando-se como, em grandes casos, uma estratégia bem sucedida de inserção social para os ocupados nessas atividades.

Nesse sentido, considera-se importante à continuidade de estudos com esses sujeitos sociais, de modo a permitir um diálogo que favoreça o conhecimento e reconhecimento desses sujeitos, inseridos tanto na epistemologia ambiental quanto no socioeconômico, levando-os ao reconhecimento como agentes ambientais e sujeitos ecológicos capazes de contribuir para minimizar a problemática dos resíduos sólidos, bem como sendo trabalhadores com uma atividade legal, que travam uma luta incessante pela transformação da realidade tanto nos níveis pessoal e socioambiental como fazem os cooperados da COOPSAL que tem como uma de suas matrizes a educação ambiental.

## REFERÊNCIAS

BRASIL **lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999**. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme específica. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9867.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9867.htm)>. Acesso em: 18 de out. de 2010.

BRASIL. **Lei n. 5764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2012.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; ALMEIDA, Paulo Henrique de; AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. Dinâmica metropolitana e estrutura social em Salvador. **Tempo Social-Rev. Sociol.** S. Paulo, v. 13, n. 2/ p. 89-114, nov. de 2001.

CASANOVA, Pablo González. Globalidade, neoliberalismo e democracia. In: GENTILI, P. (Org.). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis, RJ, Vozes: Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 46 - 62.

DELMONT, L. G. **Análise dos impactos econômicos oriundos da reciclagem de resíduos sólidos urbanos para a economia brasileira no ano de 2004: uma abordagem Insumo Produto**. 2007. 110 f. Dissertação (Mestrado em Economia) Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, Salvador, 2007.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Principais Conceitos da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)**, 2012. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/ped/pedmet.xml>>. Acesso em: 31 de abr. de 2012.

EMPRESA DE LIMPEZA URBANA DO SALVADOR – LIMPURB. **Cooperativas**, 2012. Disponível em: <<http://www.limpurb.salvador.ba.gov.br/Template.asp?nivel=00010011&identidade=17>>. Acesso em: 14 de maio de 2012.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. **Historia do plano real: fundamentos e contradições**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. **A reestruturação produtiva e seus impactos no mercado de trabalho urbano** (reflexões preliminares) 2005. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-76.htm>>. Acesso em: 05 de maio de 2012.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2000.

IBGE. **Associativismo e Organizações Voluntárias** 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/seculoxx/seculoxx.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2012.

IBGE. **Pesquisa Cidades**, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 10 de maio de 2012.

LAYARGUES, Philippe. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, F.; LAYARGUES, P.; CASTRO, R. (Orgs.). **Educação ambiental: repensando a espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002. p.179-220.

MELO, Hildete Pereira de; TELES J. L. Serviços e informalidade: o comércio ambulante no Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS, 6,1999, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ABET, 1999.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS – MNCR. **Pesquisa de cooperativas de resíduos sólidos da Região Metropolitana de Salvador**, 2011. Disponível em: < <http://www.mncr.org.br>>. Acesso em: mar. de 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. **Cooperativismo**, 2012. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/index.asp>>. Acesso em: 13 de maio de 2012.

PINHO, Diva B. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Coleção Buriti, 1966.

\_\_\_\_\_. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: SARAIVA, 2004.

VEIGA, Sandra M. ; FONSECA, Isaque. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: FASE, 2001. p.106.

**APÊNDICES**

**APÊNDICE A - RELAÇÃO DE COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS  
RECICLÁVEIS**

COOPERATIVA/ASSOCIAÇÃO			N.º DE COOPERADOS
Item	Razão Social	Endereço	
1.	<b>COOPCICLA</b> Cooperativa de Agentes Autônomos de Reciclagem, Responsabilidade Ltda	Rua Cônego Pereira, S/Nº - <b>SETE PORTAS</b> E-mai: <a href="mailto:coopcicla.reciclagem@click21.com.br">coopcicla.reciclagem@click21.com.br</a> CEP: 40300-270 CNPJ: 01397759/0001-12 Atividade: Coleta Seletiva Área de Atuação : Pituba, CAB, Barra Presidente: Sr.Edson Cabral TEL: (71) 3322-7897 (71) 3322-1127	<b>30</b>
2.	<b>COOPERBARI</b> Cooperativa dos Recicladores do Ogunjá	<b>BARIRI</b> , Rua Professor Aloisio de Carvalho Filho, n.º - 74 <b>ENGENHO VELHO DE BROTAS</b> Atividade: Reciclagem de Sucatas Não Metálicas e reciclagem de outras sucatas Área de Atuação : Pituba, Brotas, Vasco da Gama, Centro da Cidade, Áreas solicitadas Presidente: Sr Elias Bezerra da Silva TEL: (71)3381-3863 / 9652-9835 / 9605-3283	14
3.	<b>COOPERPAZ</b> Cooperativa de Cantadores e Reciclagem de Resíduos Sólidos e Agentes Ambientistas do Bairro da Paz	Rua da Felicidade, <b>BAIRRO DA PAZ</b> CEP: 41515-000 CNPJ: 07839628/0001-24 Presidente: Otacflilio de Oliveira ( 71) 9902-2882 / 9931-6842	34
4.	<b>COOPERTANE</b> Cooperativa Múltipla Popular dos Trabalhadores de Tancredo Neves	Rua Cristiane, 176-E , <b>TANCREDO NEVES</b> . CEP: 41210-020. Salvador – BA. <a href="mailto:coopertane@yahoo.com.br">coopertane@yahoo.com.br</a> Noélia Ferreira dos Santos (71) 8818-4732 / 3462-1316	08
5.	<b>COOPGUARY</b> Cooperativa de Catadores do Paraguay	Av. Caxias, N° 5 ou Rua Wilson Costa, Avenida Beira Rios, 5 – <b>PERIPERI</b> Raimundo Nonato Ferreira (71) 9224-2122 OBS: EM FASE DE FORMAÇÃO	21
6.	<b>REVALORIZAR</b> Conselho de Moradores do Conjunto Habitacional Cajazeiras XI	Rua Juscelino Kubitscheck, N° 30, <b>PERIPERI</b> Miraldo (71)9111-2552/ 3309-2883 / 8897-0781 / 3302-1298	30
7.	<b>COOPMAM</b> Cooperativa de Reciclagem Preservação ao Meio Ambiente	Rua 19 de Maio, Travessa Antônio Dias 426ª, <b>BROTAS</b> (71) 9192-7330 / 3356-2274 Margarida Pereira – 8718-7190	20
8.	<b>CRG BAHIA</b> Cooperativa de Reciclagem Geral da Bahia	Av. Cardeal, n° 1049, Dom Avelar Brandão Vilela – <b>MATA ESCURA</b> <a href="mailto:crg-bahia@hotmail.com">crg-bahia@hotmail.com</a> Carlos Alberto Araújo (71) 8833-9707	<b>20</b>
9.	<b>FOLHA VERDE</b> Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Folha Verde	Av. Aberlado Magalhães s/n – <b>MATA ESCURA</b> artezaodapaz@hotmail.com (71) 34062255 Lucia	18
10.	<b>COOCREJA</b> Cooperativa dos Catadores da fazenda Grande II	<b>FAZ. GRANDE 2</b> , Qd E, Via Local J, 2º Etapa, Lote 56 a 58 Edson Meneses (71) 8838 – 5208 / 3395-3989	22

11.	<b>-CAMAPET</b> Cooperativa de Coleta Seletiva Processamento de Plástico e Proteção Ambiental	Comunidade de Alagados – <b>ITAPAGIPE</b> Salvador-BA E-mail: <a href="mailto:camapet@cama.org.br">camapet@cama.org.br</a> CNPJ: 07.293479/0001-40, CEP: 40411-560 Atividade: Coleta, Triagem, Prensagem, Educação Ambiental Área de Atuação: Península Itapagipe Presidente: Sr. Joilson Santos Santana <a href="http://camapet.blogspot.com">camapet.blogspot.com</a> (71) 3313-5542/8899-5542/8784-4383	26
12.	<b>COOPERS</b> Cooperativa de Reciclagem e Serviços da Bahia	Rua Boa Esperança de Ilha Amarela, n.º - 84 - <b>ILHA AMARELA</b> E-mail: <a href="mailto:cooperssf@gmail.com">cooperssf@gmail.com</a> /CEP: 40715-290 CNPJ: 07829837/0001-97 Atividade: Reciclar e Catador Área de Atuação: Rio Sena, Ilha Amarela, Conjunto Senhor do Bonfim, Terezinha, Mirantes de Periperi, Plataforma, Periperi, Presidente: Sr Elias Pires dos Santos Tel: 3401-3171 /87345174/8193-7708	24
13.	<b>RECICOOP</b> Cooperativa de Serviços de Reciclagem Meio Ambiente e Promoção da cidadania	Rua da Paz Lot41 – casa 60 <b>VISTA ALEGRE</b> CEP: 40575-274 E-mail: <a href="mailto:edsomdejejus2005@bol.com.br">edsomdejejus2005@bol.com.br</a> CNPJ: 07861556/0001 – OBS: FASE DE FORMAÇÃO. ( 71) 3408-6262/8772-8298	20
14.	<b>ONG PACIÊNCIA VIVA</b> Projeto Ação Reciclar	Tv. Prudente de Moraes 65 <b>RIO VERMELHO</b> CEP: 41940-835 Salvador-BA E-mail: CNPJ: 04049199/0001-01 Atividade: Agente de Coleta Seletiva Área de Atuação: Ondina, Federação e Rio Vermelho Presidente: Claudimar de Andrade Costa Pinto NILDA (71) 3017-6455	20
15.	<b>CANORE</b> Catadores da Nova Republica	AV. Nova República,146, Santa Cruz, <b>NORDESTE DE A MARALINA</b> CEP: 41925-195 CNPJ: 0363763/0001-31 Atividade: Catadores de Resíduos Sólidos Área de Atuação: Itaigara, Pituba, Candeal e Caminho das Arvores Presidente: Manuel Bernado E-mail: <a href="mailto:arimatos18@yahoo.com.br">arimatos18@yahoo.com.br</a> ( 71) 8868-2770 /3346-3050	21
16.	<b>IDE</b> Centro de Desenvolvimento Sócio Comunitário - RECICLA CAJAZEIRAS	Caminho 21, n.º 01, Q B, N.º3, <b>FAZENDA GRANDE</b> CEP 41340-030 Salvador-BA E-mail: <a href="mailto:ide@cdsc.cdsc.org.br">ide@cdsc.cdsc.org.br</a> 3635-2033 / 92217014	40
17.	<b>CAEC</b> Cooperativa de Agentes Ecológicos de Canabrava	Rua das Mauritânia s/n/, <b>PIRAJÁ.</b> CEP: 41253-040 CNPJ: 049199/0001-01 Coleta seletiva, fabricação de água sanitára, sabão, sabonete e biodiesel a partir de óleo ou gordura Presidente: Sr. Edsom Oliveira de Araújo E-mail: <a href="mailto:pangea@svn.com.br">pangea@svn.com.br</a> ( 71) 3246-4066	230
18.	<b>COOPERBRAVA</b> Cooperativa Recicláveis de Canabrava	Rua Artêmio Casto Valente, S/N - <b>PARQUE SOCIOAMBIENTAL DE CANABRAVA</b> CEP: 41260-300 CNPJ: 0742942130187 Atividade: Cantadores Área de Atuação: Boca do Rio, Imbui, Trobogy e Hotéis Presidente: Sr Rosângela Silva Souza/Adenilton (71)3366-9037 (71)9607-0878	52

19.	<b>COOPELIX</b> Cooperativa de Reciclagem de Lixo	GALPÃO DO DERBA, BA 528 , <b>ÁGUAS CLARA</b> (71) 3246-1207 9906-0107 <b>8743-9811</b> 9242-1100	08
20.	<b>ASSOCIAÇÃO JOVENS EM AÇÃO</b>	Av. Malhada s/n, <b>ILHA DE MARÉ, SANTANA</b> CEP: 42000500 CNPJ: 07486.304/0001-50 Área de Atuação: ilha de Maré e dos Frades Diretor - Maurício (71) 3297-1157 8719-6531	16
21.	<b>ACOPAMEC</b> Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão	Rua São Mateus, 6, <b>MATA ESCURA</b> Salvador-BA CEP: 41225-190 Presidente Sr. PADRE Michael Roamon E-mail <a href="mailto:acomapec@bol.com.br">acomapec@bol.com.br</a> / <a href="mailto:acomapec@atarde.com.br">acomapec@atarde.com.br</a> (71) 3306-1817 ramal-20 Josélia	110
22.	<b>CRUN</b> Cooperativa de Reciclagem União Nazaré	Rua do Gravatá, Beco dos Escravos, Nº 17/20, <b>NAZARÉ</b> CEP: 400.40-330 CNPJ: 11.271.069/0001-76 Área de Atuação: Nazaré, Centro, Campo Grande, Garcia, Barris, Comércio, Barbalho, Sete Portas, Barroquinha Presidente: Cristiano Alves de Santana Tel: (71) 3321-2257 (71) 8856-0270 E-mail: <a href="mailto:institucional@cooperativauniao.com.br">institucional@cooperativauniao.com.br</a> Site: <a href="http://www.cooperativauniao.com.br">www.cooperativauniao.com.br</a>	21
23.	<b>COOPERBOA</b> Cooperando com o Meio Ambiente	Rua da Resistência, S/N – <b>Gamboia</b> CNPJ: 331.469/0001-14 Área de Atuação: GAMBOIA Diretor: Belmiro José Gomes Tel: (071) 3321-5726 (071) 8848-4286	30
24.	<b>COOPSAL</b> Cooperativa de Reciclagem e Serviços de Salvador	Rua Boa Esperança de Ilha Amarela, n.º - 84 – Ilha Amarela E-mail: <a href="mailto:cooperssf@hotmail.com">cooperssf@hotmail.com</a> /CEP: 40715-290 CNPJ: 07829837/0001-97 Atividade: Reciclar e Catador Área de Atuação: Rio Sena, Ilha Amarela, Conjunto Senhor do Bonfim, Terezinha, Mirantes de Periperi, Periperi, Plataforma. Presidente: Luiz Alberto	40
<b>TOTAL</b>			<b>875</b>
<b>Atualizado em setembro/2011</b>			